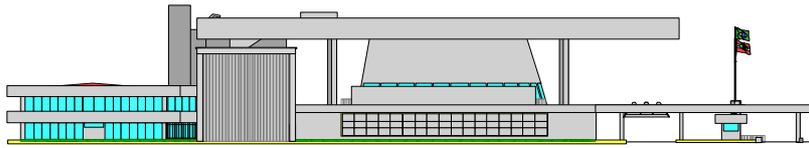


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 11 DE FEVEREIRO DE 2009

NÚMERO 5.994

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**

Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS

Líder: Cesar Souza Junior

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO

Líder: Professora Odete de Jesus

DEPUTADOS ESTADUAIS

LÍCIOMAURO DA SILVEIRA (PP)

CESAR SOUZA JUNIOR (DEM)

KENNEDY NUNES (PP)

DARCI DE MATOS (DEM)

SILVIO DREVECK (PP)

GELSON MERÍSIO (DEM)

JOARES PONTICELLI (PP)

JEAN KUHLMANN (DEM)

RENO CARAMORI (PP)

JÚLIO GARCIA (DEM)

VALMIR COMIN (PP)

ANA PAULA LIMA (PT)

ANTÔNIO AGUIAR (PMDB)

JAILSON LIMA (PT)

ADHERBAL DEBACABRAL (PMDB)

DÉCIO GOES (PT)

EDISON ANDRINO (PMDB)

PEDRO BALDISSERA (PT)

ELIZEU MATTOS (PMDB)

PEDRO UCZAI (PT)

GENÉSIO GOULART (PMDB)

DIRCEU DRESCH (PT)

HERNEUS DE NADAL (PMDB)

ADA DE LUCA (PMDB)

SARGENTO AMAURI SOARES (PDT)

MANOEL MOTA (PMDB)

DAGOMAR CARNEIRO (PDT)

MOACIR SOPELSA (PMDB)

ROGÉRIO MENDONÇA (PMDB)

NARCIZO PARISOTTO (PTB)

ROMILDO TITON (PMDB)

RENATO HINNIG (PMDB)

Profª ODETE DE JESUS (PRB)

JORGINHO MELLO (PSDB)

NILSON GONÇALVES (PSDB)

ALTAIR GUIDI (PPS)

JOSÉ NATAL PEREIRA (PSDB)

GIANCARLO TOMELIN (PSDB)

SERAFIN VENZON (PSDB)

MARCOS VIEIRA (PSDB)

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1994
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 004ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 11/02/2009.....2
Ata da 001ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 11/02/200911

Publicações Diversas

Aviso de Resultado.....15
Ofícios.....16
Projetos de Lei.....16
Projeto de Resolução17
Portarias18

PLENÁRIO

ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Registra os 61 anos de emancipação político-administrativa do município de Tangará.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a instalação da universidade pública da mesorregião; refere-se ao Dia Nacional de Mobilização da Central Única dos Trabalhadores; registra sua visita a feira de animais na França.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Comenta a nomeação do padre José Valmor César Teixeira a bispo; registra o encontro de 3.500 prefeitos em Brasília; refere-se à crise mundial.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se ao problema da falta de médico legista no IML de São Bento do Sul; comenta a necessidade de aceleração da obra da SC-301.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Comenta o problema da falta de médico legista em São Bento do Sul; refere-se à necessidade de aceleração da obra da SC-301.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Registra a inauguração da nova sede da SC Transplantes; aborda os investimentos do governo em saúde no planalto norte; parabeniza Rodrigo Pimpão por sua carreira de jogador de futebol.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Comenta operação deflagrada pela Polícia Federal para o combate ao tráfico internacional de drogas.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Refere-se ao PL n. 0347/23008, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda a situação caótica por que passa o sistema carcerário no estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao PL n. 0347/, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda a duplicação da BR-101.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Refere-se à cobrança de pedágio na BR-101.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Critica a qualidade da duplicação da BR-101, no trecho norte.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Xavantina.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Refere-se à Cartilha dos Direitos do Paciente; aborda os medicamentos genéricos.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha voto ao PL n. 0001/2009, que dá nova redação ao art. 123 do Regimento Interno.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Aborda requerimento, de sua autoria, solicitando informações sobre os motivos que impediram o início das aulas na Escola Estadual Melchíades Espíndola, em Içara.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Encaminha voto favorável ao requerimento, de autoria do deputado Joares Ponticelli, solicitando informações sobre os motivos que impediram o início das aulas na Escola Estadual Melchíades Espíndola, em Içara.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute pedido de informação, de sua autoria, solicitando cópia do contrato CT-102/2008, visando realização de obras na Escola Álvaro Catão.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Refere-se ao pedido de informação, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita cópia do contrato CT-102/2008, visando realização de obras na Escola Álvaro Catão.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Aborda o pedido de informação, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita cópia do contrato CT-102/2008, visando realização de obras na Escola Álvaro Catão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Pedro Baldissera por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, aproveito a tarde de hoje para trazer presente a nossa região do vale do rio do Peixe, o município de Tangará, que vai comemorar 61 anos de emancipação político-administrativa.

Trago presente esse assunto até pela relação que criei com aquele município, onde tenho trabalhado, durante quatro anos, como padre naquela paróquia. Em nome de nosso prefeito Robens Rech quero saudar todos do município de Tangará e fazer aqui uma pequena divulgação dos atos que farão parte da programação oficial dos 61 anos de emancipação político-administrativa daquele município.

Estará acontecendo também a 2ª Fecauva - Feira Camponesa -, organizada por trabalhadores e trabalhadoras rurais. São diferentes movimentos que tiveram início no ano passado, na grande feira, com um grande encontro. E dessa feira também levantamos alguns encaminhamentos referentes à cadeia produtiva da uva, aliás, uma das principais atividades econômicas que movimentam a economia daquele município.

Gostaria inicialmente de passar um pequeno audiovisual e, em seguida, trazer aqui presente alguns encaminhamentos que nasceram da Fecauva, a primeira feira daquele município envolvendo a cadeia produtiva da uva.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Deputado Moacir Sopelsa, v.exa., que já exerceu a função de secretário da Agricultura do estado de Santa Catarina e também foi prefeito no município de Concórdia, sabe que Tangará sofreu no ano passado com duas fortes tempestades que comprometeram enormemente a produção da uva e da viticultura em geral do município e região. Dados da própria Epagri relatam que em torno de 60% da produção de uva desta safra está comprometida.

Portanto, aquele município, Tangará, festeja seus 61 anos de emancipação político-administrativa com uma intensa programação e dentre essa está o segundo ano da Fecauva - Feira Camponesa da Uva -, discutindo a cadeia produtiva da mesma.

Nesse sentido, tive a liberdade, a iniciativa de promover um seminário com relação a alguns projetos de lei que estão tramitando nesta Casa, dentre eles o que autoriza o governo do estado a criar um fundo exatamente para, nesses momentos, termos um suporte para contrapor na questão da própria tempestade e de outras intempéries que poderão acontecer. Além desse, há outro projeto de lei que inclui na alimentação escolar o suco de uva. Aliás, é uma alternativa extremamente importante, tendo em vista que se inclui ao ensino médio, neste momento, a alimentação escolar.

Assim, é mais uma alternativa para a nossa agricultura poder colocar à disposição esses elementos no sentido de incrementar a renda na agricultura e nas famílias. Nesse sentido, quero convidar todos a participarem das comemorações dos 61 anos de vida administrativa daquele município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, em Breves Comunicações, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero cumprimentar todas as pessoas presentes, todas as lideranças e os manifestantes. É importante quando esta Casa recebe pessoas que têm opinião, que têm lutas a apresentar aqui, neste Parlamento, junto ao estado de Santa Catarina.

Quero aqui comunicar que hoje o ministro da Educação, Fernando Haddad, está instalando a comissão que cria e que vai cuidar da instalação da universidade pública da mesorregião de fronteira, que funcionará a partir de 2010, envolvendo os três estados do sul.

Então, essa é uma comunicação importante. A partir de hoje nós vamos ter a instalação desta comissão que vai trabalhar a implantação da universidade. É uma grande luta histórica em que um conjunto de lideranças e entidades vão estar trabalhando.

Esta universidade vai ter sua sede em Chapecó, onde funcionará a reitoria. Haverá *campi* também na cidade de Erechim, Cerro Largo, ambos do Rio Grande do Sul, e em Realeza e Laranjeiras do Sul, no Paraná.

O professor que foi indicado pelo ministro para coordenar esta comissão é o professor Dilvo Ivo Ristoff, do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina.

Quero trazer aqui hoje um outro comunicado. Hoje é o Dia Nacional de Mobilização da Central Única dos Trabalhadores, em que trabalhadores do Brasil todo estão se mobilizando contra o corte de empregos, o corte de salários e pela redução de jornada de trabalho também por muitas empresas, principalmente na área de exportação.

A Central Única dos Trabalhadores propõe, e inclusive às 17h vai haver um ato aqui no terminal de ônibus, uma atividade de diálogo com a sociedade e tal, justamente para expor esta preocupação dos trabalhadores brasileiros de que grandes grupos econômicos, empresas, estão se aproveitando deste momento para reduzir salário, cortar empregos, e que, em momentos de euforia, em momentos de grandes lucros, essas empresas não distribuíam essa renda aos trabalhadores.

Por isso, hoje está sendo feito esse grande ato, reconhecendo que o Brasil tem um crescimento importante, não está sofrendo como outros países, mas que as grandes empresas, os grandes especuladores internacionais que criaram e provocaram essa crise agora vão descontar dos trabalhadores, que mais uma vez são chamados a pagar a conta. Então essa é a mobilização que está sendo construída no dia de hoje.

Quero aproveitar parte deste meu tempo para comunicar a todos os catarinenses e a esta Casa que estive participando de uma delegação que visitou o sul da França, para tratar da questão da produção leiteira neste país. Peço à assessoria que apresente as fotos tiradas durante a viagem, quando visitamos uma feira extraordinária de animais da raça Montbéliarde, uma raça que foi desenvolvida na região e que está dando grandes resultados para a agricultura francesa.

Durante essa feira também levamos a bandeira do Brasil e a bandeira de Santa Catarina. Mais de 34 países estavam presentes na feira, onde tivemos a participação desses animais, raça importante na área do leite e da carne, uma vez que combina a produção do leite e da carne, o que mostra a importância desse animal para a nossa agricultura, no futuro.

O sul do Brasil já tem mais de 5.000 sêmens importados de uma cooperativa de produção genética. Estivemos também visitando a área de pescado dos agricultores franceses, conhecendo a experiência e estivemos reunidos na Escola Nacional de Formação de Técnicos na Área da Indústria de Leite e saímos de lá com grandes encaminhamentos para o estado.

Também com relação à produção de queijo, que é uma das grandes especialidades francesas, conhecemos uma cooperativa de 100 agricultores que estão organizados dessa forma há mais de 70 anos, onde combinam o gado de corte com o gado de leite.

Saímos muito animados de lá por trazer essa experiência aqui para o Brasil junto com as organizações. Estivemos acompanhando uma delegação da Cresol, uma cooperativa de crédito solidário dos dois estados do sul. Então, saímos muito animados de lá com o resultado das visitas, tanto com relação à qualidade genética dos animais e a combinação que isso possa ter para a nossa agricultura familiar aqui no Brasil, como pela escola nacional de formação de técnicos e agricultores estar à disposição para receber jovens aqui no estado de Santa Catarina e também do Rio Grande do Sul para se especializar e futuramente trabalhar nas nossas indústrias de queijo, produtos lácteos aqui no estado, desenvolvendo essa atividade.

Por último, quero falar também sobre a experiência do cooperativismo que é muito forte na França. Temos aí vários dirigentes cooperativistas com experiência nessa área de industrialização de lácteos que estão à disposição para vir ao Brasil, contribuindo na organização do cooperativismo e no fortalecimento das marcas, na qualidade do queijo e dos produtos lácteos para ajudar a nossa agricultura familiar.

Além disso, tivemos contato sobre políticas públicas do governo francês na área de meio ambiente, na área de cotas da produção de leite e em tantas outras experiências que nós buscamos. Mantivemos contato com lideranças nacionais da agricultura da França que participam inclusive

do comitê do Conselho Nacional de Agricultura da França, discutindo as políticas para a agricultura e eles também estão à disposição para vir ao Brasil trocar experiências sobre sua história em políticas públicas para a agricultura.

Então temos uma avaliação muito positiva dessa visita. Com certeza vamos estreitar ainda mais os laços de relação entre Brasil e França nessa questão da produção leiteira e também das políticas agrícolas e ambientais, aproveitando a experiência que a França tem e que nós queremos construir aqui no Brasil.

Tivemos um resultado extremamente positivo. A nossa delegação foi muito bem recebida nas visitas que fizemos às propriedades, às cooperativas e à principal escola de formação técnica da França, a escola nacional que estivemos visitando.

No mais, esse é o resultado dessa nossa visita. Com certeza teremos que discutir com a secretaria de estado da Agricultura também essa relação de participação para importarmos sêmen do gado Montbéliarde aqui para o nosso estado, para o oeste catarinense a fim de desenvolvermos ainda mais a bacia leiteira do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido para fazer uso da palavra o terceiro orador inscrito, o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, é com orgulho que a comunidade de Rio do Sul - falo isso porque sou deputado egresso daquela cidade e da região do alto vale - vê o padre riosulense José Valmor César Teixeira nomeado bispo pelo papa Bento XVI, na cidade de Roma.

O padre José é filho de uma família tradicional de Rio do Sul. E quero aqui parabenizar seus familiares, o dr. Jair Teixeira e o dr. João Cláudio Teixeira, que são médicos da cidade, em nome da Assembléia Legislativa. O padre José estará atuando numa cidade da Bahia, em Bom Jesus da Lapa, e estará lá representando o povo catarinense. Por isso, parabéns ao padre José Valmor Teixeira, que se torna bispo.

Ao mesmo tempo quero aqui, neste momento, deputado Dirceu Dresch, líder da nossa bancada, registrar a importância do evento construído em Brasília pelo nosso presidente Lula, com a presença de, aproximadamente, 3.500 prefeitos. Enquanto o mundo vive um processo de crise, o nosso governo federal tem feito intervenções em todos os sentidos, na lógica e na ótica da geração de empregos, da criação e da manutenção do otimismo, de mostrar que o povo brasileiro é um povo resignado e que, principalmente, vai passar por cima disso tudo.

Enquanto a Oposição fica jogando na imprensa que Lula está criando um palanque eleitoral para a nossa ministra Dilma Rousseff, a mãe do PAC, que alguns cismam em dizer que não tem a velocidade necessária, o nosso presidente se antecipa ao encontro dos prefeitos da Confederação Nacional e, no momento pós-eleitoral, convida todos para um grande evento mostrando os programas de governo, deputado Serafim Venzon, as ações que cada prefeito pode fazer no sentido de manter e possibilitar a continuidade do crescimento com ações do governo federal, com recursos do governo federal.

Enquanto se dizia, no processo neoliberal, que o estado tinha que ficar longe e a iniciativa privada tinha que manter o desenvolvimento e o crescimento, nós questionávamos a ótica em que o mercado era dono de tudo. E agora é o estado que está dando conta do problema, a exemplo do que fez Barack Obama, aprovando ontem um grande pacote econômico no sentido da contenção da crise.

E o nosso presidente ontem anunciou algumas medidas importantes para as prefeituras, as quais permitem o crescimento e investimentos. Na Educação, temos a liberação quase imediata de recursos para a construção de 500 grandes escolas de educação infantil, as chamadas creches, com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). São investimentos na construção civil, investimentos pedagógicos (compras de livros, contratação de professores) e principalmente é a consolidação de uma sociedade que se constrói pela educação.

São recursos para o transporte escolar, com a autorização de compra de mil ônibus escolares para as prefeituras pelo Programa Caminho da Escola, do ministério da Educação, e prevê ainda a concessão de empréstimo do BNDES para municípios que queiram comprar veículos. Isso movimenta e move a indústria automobilística, que é um dos fatores de maior geração de desemprego no mundo hoje pela sua ótica construída.

Permite que as prefeituras que tenham dívidas com o INSS possam parcelar por 20 anos ou 240 meses os débitos que precisam ser pagos em 60 meses, fazendo com que cada prefeitura possa direcionar esses recursos, deputado Pedro Baldissera, ou seja, deixando o dinheiro ali.

A linha de financiamento do BNDES para compra de máquinas, caminhões e tratores, no programa Provias, vai subir de R\$ 500 milhões para R\$ 980 milhões.

Na realização de obras, temos a regularização fundiária da Amazônia Legal para os municípios que se comprometerem a construir obras sociais como hospitais, creches e escolas. Trata-se de uma antiga reivindicação dos prefeitos do norte.

Em relação ao ITR, repasse total da arrecadação do Imposto Territorial Rural para os municípios que fizerem a fiscalização da cobrança do tributo. Essa transferência estava prevista desde a minirreforma tributária de 2003.

Essas são ações efetivas de um governo preocupado com o seu povo. E o nosso presidente Lula, em Brasília, diante desses prefeitos, independentemente cor partidária, em postura republicana e democrática, tem aberto esse acesso, esse diálogo com todos os prefeitos, os reeleitos e os novos que se elegeram agora. E aí é importante frisar que as prefeituras têm que se adequar com seus projetos específicos em cada área, porque muitas vezes as prefeituras perdem as suas ações por causa desses projetos, perdem esses recursos por falta de profissionalização.

E nós, que já fomos prefeito da cidade de Rio do Sul, com a experiência que tivemos, colocamos o nosso mandato à disposição do povo catarinense, com o intuito de ajudar a construir e auxiliar nessa linha, porque os municípios de Santa Catarina não podem perder recursos por falta dessas ações.

Por isso, parabeno o presidente Lula que, com todo o seu *staff*, como todo o seu ministério estava presente, assim como o presidente da Câmara Federal e o presidente do Senado. Neste momento, nós temos que ter uma posição ímpar, a posição de unidade por um país mais sólido, que contemple socialmente os que mais necessitem.

Por isso, como deputado do Partido dos Trabalhadores, fazemos este registro, sabendo a importância que tem o nosso governo no momento em que o país está sendo afetado por essa crise internacional, que o povo brasileiro tem clareza de que não foi gerada no Brasil. É uma crise que vem de fora para dentro, como uma epidemia que se alastra no mundo. O Brasil, porém, é o país que está mais imune, pois tem um governo que deu a vacina correta para poder, neste momento, postar-se dignamente, dizendo que esta é uma nação que tem um governo que olha pelo seu povo, pelos trabalhadores e pelos mais necessitados.

Parabéns ao presidente Lula por essa postura e por esse encontro que conclama os administradores deste Brasil, os prefeitos e os vereadores, a mostrar que não podemos em nenhum momento desanimar. Temos que ter perseverança, resistência e consistência nas nossas ações, principalmente muita responsabilidade, porque com responsabilidade vamos tocando este país para frente como uma locomotiva, deputada Ana Paula Lima. Tanto se tem construído e consolidado com o presidente Lula e com os parlamentares de Santa Catarina, como os deputados Décio Lima, Cláudio Vignatti, Carlito Merss e agora o deputado Jorge Boeira, a senadora Ideli Salvatti e, logicamente, com a mãe do PAC, a ministra Dilma Rousseff, nossa candidata a presidente da República.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência deseja fazer o registro da presença de pessoas do projeto da serra do Tabuleiro, da Guarda do Embaú: Cristiane Maria Corrêa e mais 28 pessoas.

Com a palavra o sr. deputado Silvano Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, deputado Antônio Aguiar, líder da bancada do PMDB, São Bento do Sul precisa da sua ajuda.

O pronunciamento que preciso fazer, deputado Antônio Aguiar, refere-se à segurança, mais precisamente ao IML de São Bento do Sul, que atende Campo Alegre, Rio Negrinho e outros municípios, e que precisa de ajuda. Aquela instituição teve a sua fase mais equipada, já teve a sua fase com técnicos legistas, médicos nomeados. Agora tem uma situação que poderá ser melhor desde que o médico legista que fez concurso e que passou em primeiro lugar seja nomeado naquele município.

Nesse sentido, deputado, como sei da sua capacidade de colaborar, pedimos que interceda para que a nossa região seja contemplada com a nomeação desse médico legista. Parece-me que foi o IGP que fez o concurso público, o Instituto Geral de Perícias, e é preciso que dê prioridade à nomeação o quanto antes possível.

No final de semana tivemos lá uma situação caótica. Não há como fazer necropsia em São Bento do Sul, leva-se horas e horas, às vezes o dia todo ou até mais. V.Exa. conhece muito bem essa área, ou seja, quando alguém deixa a vida terrena, os familiares são acometidos por emoções, a espera se torna longa e o desespero é maior.

Nesse sentido, deputado, não sei quais os meios, mas acredito que seja conversar com o secretário, com o diretor do IGP para que esse médico legista seja nomeado em São Bento do Sul, caso contrário vamos perder mais uma vez a oportunidade de ter uma solução.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Nobre deputado, com muita propriedade v.exa. coloca uma posição que realmente tem que ser tomada para ajudar a comunidade de São Bento do Sul.

Hoje pela manhã, falando com o secretário da Segurança Pública, pedimos que fosse criada a vaga para São Bento do Sul, para que o médico legista possa assumir. Houve um alerta para o estado de Santa Catarina devido a essa situação de São Bento do Sul. Então, está sendo mandado para esta Casa um projeto de lei criando o credenciamento dos médicos para atender no IML casos necessários, para que a pessoa vitimada não fique duas ou mais horas exposta na rodovia ou no local onde ocorreu a morte.

Nesse projeto de lei também solicitamos uma gratificação aos funcionários da delegacia, para que imediatamente, já que têm o veículo, façam o atendimento rápido, não ficando as vítimas expostas, causando transtornos às famílias e à comunidade.

Com muita propriedade, v.exa. coloca isso em plenário e fico satisfeito. Hoje pela manhã tomamos as devidas providências.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Nobre deputado, fico mais tranquilo porque v.exa. já está colaborando. Certamente não estará ajudando só São Bento do Sul, mas Campo Alegre e Rio Negrinho, porque além das vítimas ficarem aguardando, o pior fato é quando elas vão a óbito. Há a questão da necropsia e isso se torna uma lamúria dessas famílias.

Então, o que for para contribuir na Assembléia, nós nos empenharemos e ficamos gratos com a possibilidade da região norte ser contemplada com mais um serviço.

Por outro lado, gostaria de fazer um apelo ao secretário da Infra-Estrutura, deputado federal Mauro Mariani, que atuou muito tempo no município de Rio Negrinho e que conhece a situação do nosso sistema viário. O próprio governador conhece a nossa região.

Temos duas situações. Uma delas é que precisa ser acelerada a obra da rodovia SC-301, que faz a ligação do trevo de Oxford, em São Bento do Sul, com a BR-280, em Lençol. Por que acelerar aquele trecho? Porque está causando sérios transtornos àquela obra, em função de não ser concluída. Há falta de segurança, de sinalização e essa obra está há mais de dois anos nessa situação. E não é um trecho longo! Apesar de existir alguns problemas de infra-estrutura, como é o caso do viaduto no acesso à Univille, mesmo assim o nosso apelo é enorme, não só em prol de São Bento do Sul, mas de Rio Negrinho, Campo Alegre, Mafra e Itaiópolis, para que haja um empenho maior no sentido de que essa obra seja concluída.

Além disso, nós temos outro trecho, deputado Antônio Aguiar - e também é do conhecimento do secretário, no qual a situação a cada dia que passa está ficando mais caótica e inclusive apelamos para que não haja uma intervenção da comunidade, pois já houve ameaças de fechar a rodovia, de São Bento do Sul a Fragosos, que faz divisa com o Paraná, no município de Campo Alegre, porque aquela rodovia faz uma ligação com o Paraná e, por sua vez, com São Paulo, com São Bento do Sul, com a BR-116, em Mafra; com a BR-101, em Pirabeiraba, Joinville; a ligação desce com a BR-280, em Corupá, Jaraguá do Sul e outros municípios. E nesse trecho, a falta de acostamento, de segurança é sem comentários! Como é uma rodovia que foi construída na década de 80, os anos se passaram e está precisando de mudanças. É uma rodovia que atravessa a área urbana no bairro Mato Preto, em São Bento do Sul, e no bairro Fragosos, no município de Campo Alegre, e faz a ligação com o Paraná.

Todas essas comunidades cresceram, foram construídas escolas, unidades de saúde, creches. E os riscos, tanto para os usuários pedestres quanto para os próprios usuários de veículos é uma coisa calamitosa! Quem não conhece a rodovia certamente não pode transitar à noite porque não dá para saber aonde conduzir o veículo.

Então, deputado e a todos aqueles que puderem ajudar, o nosso apelo é no sentido de que seja feito o projeto, com a construção de acostamento, que dará mais segurança aos pedestres, aos ciclistas e aos próprios veículos. Como eu disse, o movimento é intenso, tanto de veículos pesados quanto de veículos leves.

Então, o nosso apelo é para que o secretário dos Transportes, o governo tome a iniciativa de refazer aquela rodovia.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - É verdade, até concordamos, deputado Sílvio Dreveck, que as obras estão um pouco devagar, mas queremos dizer também que nunca na história do planalto norte foi feito tanto asfalto como agora no governo Luiz Henrique da Silveira, a exemplo do asfaltamento de Bateias, reivindicado e cobrado por governos anteriores e no governo Luiz Henrique da Silveira foi realizado: o asfalto na região de Rio Negrinho, Volta Grande, que também está em andamento, é muito importante para a região; temos também, nobre deputado, o projeto do viaduto em São Bento do Sul, que está sendo executado. E tem mais: no final do ano que vem, nobre deputado, o governo Luiz Henrique da Silveira quer cumprir o seu compromisso de fazer com que todos os municípios do estado de Santa Catarina tenham seus acessos asfálticos concluídos. Isso significa que o governo Luiz Henrique da Silveira fez um grande governo em termos de asfalto, fazendo com que o estado de Santa Catarina seja o único no Brasil que terá acesso asfáltico a todos...

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Agradeço ao deputado Antônio Aguiar, que acabou fazendo muitos elogios, mas eu quero falar, nobre deputado, que reconhecemos o que está construído. Ao mesmo tempo, o nosso pedido é para acelerar aquelas obras, e v.exa. há de concordar comigo, pois se iniciarmos mais uma obra e ela ficar paralisada, não pega bem.

Então, vamos concluir o que está em andamento. É neste sentido que fazemos o apelo ao governo do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, nobres deputados, nobre deputada Ana Paula Lima, hoje nós, como deputado estadual e líder da bancada do PMDB, vamos falar um pouquinho da nossa saúde.

Nós temos, neste momento, às 15h30, uma grande inauguração aqui em Florianópolis. A inauguração a que me refiro é da sede da unidade de transplantes de córnea, com o programa Fila Zero de Córnea.

(Passa a ler.)

“O governador do Estado, Luiz Henrique, o vice-governador Leonel Pavan e o secretário Dado Cherem inauguram na quarta-feira a nova sede da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e Tecidos de Santa Catarina, a SC Transplantes. O evento será paralelo ao lançamento do programa Fila Zero de Córnea, no qual o Estado se compromete em zerar a lista de espera por um transplante de córnea no período de um ano. [...]

Com 16,7 doadores efetivos por milhão de população, Santa Catarina mantém, há três anos, a liderança em doação efetiva de órgãos para transplantes. No ranking dos estados com o melhor desempenho, vem seguido pelo Rio Grande do Sul, com 12,2 D.E.p.m.p (doadores efetivos por milhão de população), São Paulo, com 12 D.E.p.m.p e o Ceará com 10,3 D.E.p.m.p. No Brasil, apesar do percentual de transplantes de órgãos ter crescido 15% no último ano, a média nacional ainda é de 7,2 D.E.p.m.p.

A inauguração da nova sede da SC Transplantes coincide com o marco na história com a transplantologia brasileira. O índice de doadores efetivos e p.m.p em Santa Catarina, que quase alcança a média europeia (17 D.E.p.m.p), permitiu que, pela primeira vez desde o início dos transplantes do Brasil, um estado ultrapassasse a marca dos 15 D.E.p.m.p. ‘Isso é resultado de uma política de Estado que valoriza os transplantes, com capacitação de profissionais e investimentos em hospitais’, destaca o secretário Dado Cherem.

Desde 2005, mais de 500 coordenadores hospitalares de transplantes foram treinados e recebem acompanhamento dos técnicos da SC Transplantes. Esse investimento também permite que Santa Catarina ostente outro número expressivo. É o estado que realiza o maior número de transplantes de fígado e rins com doadores falecidos, proporcionalmente à sua população. ‘De todo o país, este é o Estado mais seguro para a parcela da população que necessita desta modalidade de tratamento médico’.

Em termos globais, utilizando-se como parâmetro dados de 2008, o desempenho de Santa Catarina na área de transplantes só é superado pelo registrado em quatro países, a Espanha (com 35 doadores p.m.p.), os Estados Unidos (com 26,5 doadores p.m.p.), Cuba (com 18,7 doadores p.m.p.) e o Uruguai (com 18 doadores p.m.p.) Nos últimos anos, o Estado quadruplicou os recursos financeiros destinados à viabilização de transplantes, com recursos na casa dos R\$ 12 milhões. ‘Isso representa uma economia em escala com reflexo em várias áreas, já que, além de ter muito mais qualidade de vida, quem recebe um órgão automaticamente desafia outros serviços de saúde, como o de diálise’, exemplifica Joel de Andrade.

Programa Fila Zero de Córnea - Atualmente, em Santa Catarina, existem 900 pessoas na fila por um transplante de córnea. Para fazer jus aos desafios do programa Fila Zero de Córnea, a Secretaria de Estado da Saúde, através da SC Transplantes, estabeleceu várias frentes de ação: elevar o número de doações de córnea, credenciar três bancos de tecido ocular e duas novas equipes de transplantes, com o compromisso contratual de realizar os procedimentos do SUS, e promover a revisão do grau de dificuldade visual de todos os pacientes em lista, reordenando-os segundo a gravidade do caso.”[sic]

Catarinenses, vejam que atuação extraordinária da saúde do estado de Santa Catarina; que atuação extraordinária do governador Luiz Henrique da Silveira e do vice-governador Leonel Pavan; do secretário Dado Cherm; da diretora Carmen Zanotto!

Isso significa dizer que a secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina está preocupada com o ser humano, está preocupada com os pacientes que têm dificuldades visuais. E para atender essas pessoas do estado de Santa Catarina que têm dificuldades visuais nós vamos ter esse programa de transplante de córnea, fazendo com que ele se transforme numa grande realidade em nosso estado.

Mas não é só nessa área que a saúde de Santa Catarina está atuando. No município de Porto União, por exemplo, foram liberados R\$ 760 mil para a compra de um aparelho de tomografia computadorizada. Isso significa dizer que nós do planalto norte não vamos mais precisar vir fazer esse exame em Joinville, em Florianópolis, em Blumenau e em outros municípios. Nós vamos ter o aparelho e vamos fazer o exame nos pacientes na nossa região. Isso significa diminuição da “ambulancioterapia”; isso significa competência do governo na área da saúde.

Nós temos ainda a liberação de R\$ 400 mil para a compra de aparelhos de UTI no município de Canoinhas. Então, os pacientes que necessitam de UTI, de Unidade de Tratamento Intensivo, que estão realmente em risco de morte, aqueles mais necessitados, não mais precisarão se deslocar para outros municípios, pois terão esse tratamento no próprio município de Canoinhas, que contará com dez novos leitos, com aparelhos modernos, com leitos elétricos, com ventiladores e com médicos especializados.

Mas não foi somente o município de Canoinhas que foi beneficiado, para o município de Mafra foram liberados R\$ 700 mil, para que eles tenham também a Unidade de Tratamento Intensivo. Uma unidade completa, bem equipada para atender os pacientes da cidade de Mafra e também de outras cidades da região, como Monte Castelo, São Bento do Sul, Papanduva, Rio Negrinho e Campo Alegre.

Isso faz com que a saúde do planalto norte seja bem vista pelo governo do estado, pelo governador em exercício Leonel Pavan, pelo secretário da Saúde Dado Cherm e pela Carmen Zanotto, ex-secretária da Saúde. Enfim, são pessoas que estão preocupadas com a saúde de Santa Catarina.

Sabemos que existem outros problemas na área da saúde, nos hospitais, onde estão sendo feitos diagnósticos para que possamos atuar com mais intensidade, principalmente nas áreas de ortopedia, de próteses de quadril e de joelho. Mas nós temos que ter mais condições para liberar essas próteses, para que outros centros possam fazer esses procedimentos cirúrgicos.

Nós recebemos também a verba de R\$ 60 mil para a reforma no município de Irineópolis, uma reforma importante para os pacientes, pois eles poderão ser mais bem atendidos.

Nós temos ainda, na área da saúde, o hospital de Campo Alegre, que também recebeu R\$ 21 mil, e o hospital de São Bento do Sul, onde foi feita a reforma do centro cirúrgico. Nós recebemos também a doação, ano passado, de um aparelho de ultrasonografia para esse município. Com isso os pacientes poderão fazer o exame de ultrasonografia gratuitamente, melhorando o fluxo de atendimento para as pessoas que têm problemas e que necessitam desse exame, como as pacientes grávidas ou outros pacientes com problemas de cavidade abdominal, e assim por diante.

Temos certeza, nobres deputados e povo catarinense, que a saúde do estado de Santa Catarina está cada vez melhor, porque estão sendo feitas várias ações no atendimento à saúde. Por exemplo, temos a ressonância magnética no município de Canoinhas, que foi inaugurada no ano passado, que está em pleno funcionamento e servindo toda a população do planalto norte, pacientes de Porto União, Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Três Barras. Isso faz com que a nossa saúde se torne cada vez mais competitiva e com maior capacidade para atender a nossa população.

Eu gostaria também, presidente em exercício e médico, deputado Jailson Lima, de me reportar ao clube de futebol Vasco da Gama, do estado do Rio de Janeiro, onde atua o jogador centroavante Rodrigo Pimpão, que é de Canoinhas, que por sinal era amigo de infância do meu filho e frequentava a nossa casa, que hoje se destaca como centroavante nesse time de expressão.

Então, os nossos parabéns ao nosso centroavante Rodrigo Pimpão, que há dois anos, na praia da Enseada, na praiainha mais precisamente, salvou, como surfista que é, a vida de duas pessoas. Portanto, esse jogador, além de ter bastante expressão como jogador de futebol, é um ser humano espetacular.

Queremos dar aqui os nossos parabéns a Rodrigo Pimpão e que seja feliz na sua carreira de futebol.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, manifestantes que aqui estão, que daqui a pouco terão a oportunidade de se manifestar nesta Casa, todos que nos vêem e nos acompanham pela TVAL, servidores da Assembléia Legislativa, no dia de hoje foi deflagrada, pela Polícia Federal, em outros estados do Brasil, uma operação de combate ao tráfico internacional de drogas. Foram mais de oito estados que receberam essa grande operação que investiga o envio de cocaína para Amsterdã, na Holanda, e a entrada em território brasileiro das drogas sintéticas, notadamente o ecstasy, cápsula do vento e outras drogas químicas.

E foi com surpresa para alguns que Santa Catarina hoje é considerada, em toda mídia nacional, como um dos maiores pontos de jovens recrutados por esse tráfico internacional, que é um tráfico feito via aérea, em que os jovens, a maioria de classe média e classe média alta, muitos inclusive com visto americano, levam do Brasil para a Europa a cocaína, trazendo de volta as drogas sintéticas, que são as drogas mais consumidas hoje pelas classes médias e altas do nosso país.

E essa quadrilha internacional tinha aqui em Santa Catarina, certamente ainda tem, um ponto forte, e a maioria dos jovens que ia para a Europa era catarinense, da Grande Florianópolis, jovens inclusive envolvidos na área esportiva. Isso serve para que tenhamos a absoluta noção de que o tema de abuso de drogas é hoje a maior chaga social do nosso estado.

Srs. deputados, nós costumamos associar a droga apenas ao jovem carente, ao jovem usuário de *crack* que estampa as páginas policiais, ao uso de drogas que correspondem por mais de 90% dos homicídios ocorridos em Santa Catarina. Agora, há outra face da droga parcialmente desvendada por essa operação da Polícia Federal, que é a droga de elite, de alto nível, a droga sintética, que alguns julgam ser uma droga “limpa”, entre aspas, mas é uma droga tão deletéria, tão nociva, tão escravizante quanto as drogas tradicionais, quanto o *crack*, que é a droga das classes baixas. E Santa Catarina tem hoje uma situação pior ainda do que a média nacional.

Estudos dão conta de que cerca de 20% dos estudantes catarinenses da rede pública estadual utilizam algum tipo de droga ilícita e cerca de 86% consome, pelo menos quatro vezes por mês, a droga lícita, não menos nociva, que é o álcool.

Então, srs. deputados, é importante que esta Casa não perca esse tema de vista. O Brasil hoje vê Santa Catarina como um ponto de arrecadação de jovens para o tráfico de drogas.

Em geral, as políticas públicas, sobretudo no município que tem como primeiro atendimento o jovem dependente na prevenção, são muito frágeis. Mas temos aqui, por outro lado, um exemplo para o Brasil de política preventiva de grande valia, que é o Proerd, comandado pela nossa Polícia Militar. Agora, quando o jovem entra na droga e quer sair dela é muito difícil de encontrar um tratamento. As clínicas cobram valores altíssimos, mais de R\$ 2 mil mensais, e o jovem que precisa sair da droga não consegue auxílio, a menos que tenha condições financeiras.

Outra questão que eu quero relatar, que me chamou atenção, é a seguinte: geralmente quando temos uma apreensão, deputado Antônio Aguiar, de drogas envolvendo jovens de áreas carentes do nosso estado, da Grande Florianópolis, o rosto deles aparece estampado em todos os jornais e na televisão. Agora, quando a apreensão e a prisão são feitas em jovens de famílias abastadas, jovens que tiveram alternativas na vida e mesmo assim optaram pelo caminho do tráfico de drogas, aí o rosto é ocultado, não aparece.

Pois bem: se a polícia tem de expor aquele jovem de família carente, que é preso traficando drogas, *crack*, tem de expor também aquele de família abastada! Não há motivo para ter dois pesos e duas medidas! Mas me espanta ver que em lugar de diminuir o uso da droga pela juventude, em vez de diminuir a disposição do jovem em recorrer a um divertimento fugaz, ilícito, escravizante, só tem aumentado.

Então, srs. deputados, me assusta saber que nós podemos estar perdendo uma geração por falta, primeiro, de políticas efetivas de combate à entrada desses entorpecentes e, segundo, por uma questão social, que faz com que a droga hoje perpetue em todas as faixas de renda da sociedade. Essa operação deflagrada hoje pela polícia deixa claro que droga não tem classe social, que as políticas de combate têm que ser efetivas, mas, sobretudo, nós precisamos colocar o combate a essa grande moléstia no centro das políticas públicas, o que, infelizmente, hoje não temos.

A ação policial não pode ser deixada de lado, mas sabemos que apreensões como a acontecida hoje pelo Brasil, incluindo a que houve aqui em Santa Catarina, são uma gota no oceano. O perigo é nós nos acostumarmos com essa situação de ver a juventude cada vez mais próxima da droga e longe de uma vida mais digna, juventude essa que não se sente incluída pela economia e pelas políticas públicas e acaba recorrendo a uma fuga por um momento que acaba se tornando escravidão para toda uma vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Digital, público aqui presente, que representa a comunidade da Guarda do Embaú e toda aquela região afetada pelo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que nos visitam aqui, na tarde de hoje, eu quero falar, em nome da nossa bancada, sobre o Projeto de Lei n. 0347/2008, que está sendo discutido nesta Casa, projeto esse ao qual a comunidade aqui presente quer expressar a sua opinião.

Este projeto que está sendo motivo de debate na sociedade e aqui na nossa Casa Legislativa prevê e procura dar solução para um problema que se arrasta em Santa Catarina por longos 35 anos. As pessoas que moram lá têm sido atormentadas pela falta de regulamentação, de regularização fundiária e pela falta do plano de manejo da área, pela falta de indenização, pela ação da Polícia Ambiental, pela ação descoordenada da Fatma, pelas ações das prefeituras e dos movimentos.

Enfim, há um conjunto de problemas que se acumularam nesses últimos 35 anos. E a partir de um determinado momento, a partir dos movimentos que aconteceram na comunidade, estabeleceu-se um fórum parlamentar aqui na Casa para tratar desse assunto e dar uma resposta à comunidade. E o desejo era que culminasse com o projeto de lei.

Acabamos sendo atropelados pelo movimento da recategorização que apresentou, junto com os prefeitos da região, um projeto alternativo ao governo do estado, que acabou mandando-o aqui para a Assembléia, criando um impasse, porque esse projeto que promete resolver todos os problemas da região vai acumular, na verdade, mais um conjunto de inconstitucionalidades que vão acabar no Judiciário, que não vai resolver esse problema que se espera há 35 anos. Infelizmente, vão enganar e iludir as pessoas dizendo que vão resolver os problemas, mas não vão resolvê-los.

Srs. deputados, a melhor maneira de resolver essa questão seria o governo do estado retirar esse projeto do regime de urgência, recolher esse projeto e restabelecer o diálogo e o debate. Inclusive, alguns dias atrás, o governador do estado teve uma iniciativa nesse sentido: nomeou como negociador, como moderador, o dr. Cleiton Lima, presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, da qual faz parte a serra do Tabuleiro. E constituiu um grupo de trabalho com o Conselho Estadual da Reserva da Biosfera, com o grupo da Recategorização, com a Fatma, com a SDS, secretária de Desenvolvimento Social, e com o representante aqui da nossa comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.

Tentaram avançar num consenso dos vários pontos das duas idéias: da idéia da recategorização que o governo do estado assumiu e da idéia da Fatma, que prevê, que é a idéia do fórum da Assembléia, em duas etapas ou mais etapas o trabalho. Primeira etapa: a regularização da demarcação exata da área. Enquanto não superarmos essa questão da demarcação exata da área, não conseguiremos avançar nessa lógica de resolver os problemas. Então, seria preciso, primeiro, aprovar uma lei com a demarcação da área. Para isso construímos um grupo de trabalho, que foi discutir com as comunidades. Foi contratada a empresa, financiada com dinheiro público, dinheiro de convênios, que custou aos cofres públicos...

Bom, isso resultou num trabalho de demarcação da área, pactuado com as comunidades, com os interesses locais, estaduais e regionais. A partir daí poderiam se desenvolver outras idéias, inclusive a idéia do mosaico, como está proposto, idéia de fundo, enfim, mas com o conhecimento de toda a comunidade e com diálogo.

Com relação ao projeto apresentado, recebemos manifestações de vários setores: do Conselho Nacional da Biosfera, do Ministério Público estadual, de várias entidades e organismos nacionais e internacionais. Também quero destacar que a importância do parque, da área para o estado, para a região, para o meio ambiente, é indiscutível, porque todos têm consciência dessa importância.

O art. 1º estabelece a demarcação da área. E pega naquele projeto que está aqui, na Casa, um estudo inicial, antes de passar pelos grupos de trabalho, pelas comissões das comunidades. Então, é uma demarcação defasada da final que ficou e que foi entregue em dezembro.

Saliento que para poder fazer unidades de mosaico é preciso respeitar toda uma legislação, de audiências, de oitivas, de caráter técnico, público e oficial, o que não foi feito. Então, já existem aí algumas inconstitucionalidades que certamente serão questionadas pelo Ministério Público. E infelizmente o projeto não vai cumprir com o seu objetivo.

Nós não temos a Portaria de Reconhecimento do Mosaico pelo ministério do Meio Ambiente, uma série de instrumentos jurídicos, então, que teríamos que ter - inclusive, a formação do conselho, o fundo, os recursos previstos no fundo. Portanto, existem uma série de problemas que temos aqui levantado. E em outra oportunidade vou apresentar com maior clareza, para que se possa fazer o apelo de retomarmos o debate e sair um projeto que seja a cara de todos, que seja realmente para resolver a questão lá apresentada e não para criar uma falsa ilusão e ficarmos mais 35 anos sem resolver o problema.

Muito obrigado, sr. presidente.
(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alecs Digital, a imprensa do nosso estado noticia amplamente, há alguns dias já, mas intensifica no dia hoje, deputado Lício Mauro da Silveira, a situação caótica do sistema carcerário em Santa Catarina: fugas, novas fugas do cadeiaão, no Estreito, fuga em Itapema, deputado Décio Góes, deputado Dirceu Dresch, fuga em Tubarão, falência múltipla do sistema carcerário do nosso estado, para um governo que está estabelecido sete anos já e ainda não deu as respostas que o nosso sistema carcerário e de segurança necessitam.

E sobre esse tema, deputado Gelson Merísio, deputado Cesar Souza Júnior e deputado Jean Kuhlmann, o comentarista Moacir Pereira escreveu um artigo hoje que vou ler para que fique registrado nos anais desta Casa, porque não é a manifestação de nenhum deputado do PT, do PP ou do deputado Sargento Amauri Soares, deputado Pedro Baldissera, não é nenhum deputado da Oposição que está dizendo isso.

Deixarei transcrita na íntegra a coluna do Moacir Pereira, no dia de hoje, que traduz bem o momento de insegurança e de falência do sistema carcerário do nosso estado.

(Passa a ler.)

“Segurança partidária

O sistema prisional administrado pelo governo de Santa Catarina vive um cenário pré-caótico. E, neste verão, o responsável pelos maiores índices de insegurança pública vividos pela população. Agora, não mais só na Grande Florianópolis. É também em Tubarão, Itajaí e Itapema. Depois das 70 fugas do cadeiaão do Estreito, também pela porta da frente ganharam liberdade outros 11 detentos da delegacia de Itapema, município onde o governador Luiz Henrique e sua família passam o verão todos os anos.

A falta de autoridade no sistema ficou mais evidenciada com a declaração contundente do delegado regional de Itapema, Carlos Dirceu: ‘Não temos nenhuma obrigação de cuidar de presos. É reveladora desta desordem administrativa na estrutura carcerária’. Dirceu é um velho militante do PMDB. Não integra, pois, os quadros da oposição, para lavar as mãos e prejudicar a imagem do atual governo. É uma manifestação lamentável. Se um delegado diz que a fuga de presos não é problema seu, será de quem, então? Da segurança bancária? Da guarda urbana?

Mas, no rigor da lei e da última reforma administrativa que Luiz Henrique implantou em 2007, o delegado Carlos Dirceu não está errado nem se omitindo.

De acordo com a nova organização política do Estado na área de segurança pública, quem cuida dos presos é a Secretaria de Justiça e Cidadania. É responsabilidade direta do Deap - Departamento de Administração Prisional. Então, ficamos assim: se faltarem agentes prisionais nas delegacias de Santa Catarina, o secretário de Segurança, Ronaldo Benedet, não tem nada com isso. Os prejudicados que vão se queixar com o secretário de Justiça, Justiniano Pedrosa. Ou com o bispo! É o que diz a coluna do Moacir Pereira. Também temos o padre deputado Pedro Baldissera, não é? Se não acharem o bispo, quem sabe pode ser com o deputado Pedro Baldissera!

Nos meios políticos e na segurança pública, são procuradas as origens desta nova crise de fugas coletivas nas cadeias de Santa Catarina. 'Os praças estão fazendo corpo mole', alega-se, de um lado. 'Os agentes prisionais e de segurança não têm motivação', justifica-se de outro." Está sobrando até para os praças, deputado Sargento Amauri Soares.

(Continua lendo.)

"Isto é fruto da politização no sistema de segurança pública do Estado - criticam as oposições, subscrevendo proposta antiga do ex-deputado João Henrique Blasi, destinando cargos de secretário de Segurança e seus auxiliares apenas aos policiais civis e militares de carreira.

No primeiro mandato de Luiz Henrique, o Deap era subordinado à Secretaria de Segurança Pública. Todo o sistema provisional, nas delegacias e nas cadeias, tinha um único comando. O departamento era dirigido pelo delegado federal aposentado Carlos Roberto Santos, profissional da área de inteligência, com pleno domínio do sistema. No segundo governo, o Deap passou para a Secretaria de Justiça e Cidadania, dando ao sistema carcerário duplo comando. Assumiu a direção do Deap o professor Hudson Queirós, do Centro de Ciências da Saúde, da UFSC, premiado com indicação do PMDB.

A partidariação da segurança pública produziu outra situação singular. Luiz Henrique, o governador, do PMDB, está em Dubai, em missão oficial. Leonel Pavan, o governador interino, do PSDB, circula pelo interior. Ficou irritado com as fugas, mas não fará absolutamente nada. Os secretários Ronaldo Benedet e Justiniano Pedroso são filiados ao PMDB. Afilhados políticos de dois ex-governadores do PMDB - Paulo Afonso Vieira e Eduardo Moreira. "Qualquer cogitação de mudança provocaria uma crise na triplice aliança.

Assim, quem quiser ordem, unidade, harmonia e autoridade, que espere o Carnaval. Elas estarão presentes em todas as escolas de samba."

Essa é a íntegra da coluna do respeitado jornalista Moacir Pereira, publicada no *Diário Catarinense* no dia de hoje. Não é da língua felina do deputado Lício, do deputado Kennedy, do deputado Pedro Baldissera, do deputado Dirceu Dresch, do deputado Sargento Amauri Soares, do deputado Joares Ponticelli, do deputado Jailson Lima ou da deputada Ana Paula Lima, os deputados de oposição que aqui estão. É do respeitado articulista político Moacir Pereira. E esta é, senhoras e senhores, deputados e deputadas, catarinenses que nos acompanham, a realidade nua e crua. Esse é o resultado da maior partidariação já feita na Segurança Pública de Santa Catarina.

Nós estamos há anos denunciando que não dá certo misturar segurança com partido político, não dá certo confundir segurança pública com PMDB. Essa é a fórmula do fracasso. A politicalha na segurança está gerando tudo isso.

Muito obrigado

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra o Sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TV Assembleia e ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente membros da comunidade da Guarda do Embaú, da Pinheira, de toda baixada do Maciambu, que estão aqui pedindo maiores esclarecimentos a respeito do Projeto de Lei n. 0347, que está em tramitação nesta Assembleia e que tem trazido bastante polêmica junto com ele.

Nós temos acompanhado, mesmo que meio de longe, desde alguns anos atrás, da legislatura anterior, quando não estávamos ainda aqui na condição de deputado, mas como cidadão e residente agora na região da Grande Florianópolis, nos últimos 21 anos, conhecendo várias pessoas, tendo vários amigos e companheiros na região da Palhoça, o debate em torno deste assunto. E temos nos somado a todas as defesas, a todas as posições das comunidades, para que se regularize aquela situação e que o estado, como instituição, pare de cometer injustiças contra as comunidades, contra as pessoas que lá residem.

No último mês de dezembro, como membro da comissão de Agricultura, participamos desse debate, aqui, no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa, nas reuniões conjuntas da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural, da qual faço parte.

Em virtude de contatos com membros e lideranças da região e também de posse de um estudo, mesmo que não aprofundado, da matéria, o nosso voto foi contrário ao projeto da forma como ele está e por isso fomos devidamente vaiados. Eu fiquei feliz porque foi a primeira vaia da minha vida e eu sabia que estava fazendo isso a pedido de pessoas que conhecem a situação melhor do que eu, pessoas idôneas, pessoas que não têm interesse político, comercial ou empresarial no assunto, mas que estavam preocupadas com a situação.

Então, estamos nos somando ao pedido de vocês hoje, para que o assunto seja debatido na comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa e para que a comunidade tenha o tempo efetivo de analisar o que exatamente vai afetar a aprovação desse projeto. Estamos trabalhando e torcendo para que este Poder, do qual faço parte agora, possa aprovar o projeto da forma mais adequada às necessidades, aos anseios da maioria das pessoas que lá residem, se possível, de todas, e também para a preservação das riquezas naturais de todo o complexo da serra do Tabuleiro, que é o lugar que, de conhecimento mesmo que um tanto a distância, de passagem, de visita, aprendemos a gostar, porque é de lá que vem todo o abastecimento de água para todos nós moradores da Grande Florianópolis, ou praticamente todos, inclusive para nós desta Assembleia Legislativa. Gostaria de parabenizar todos vocês por essa luta e dizer que estaremos juntos querendo, sim, a aprovação do projeto, a resolução do problema no primeiro momento possível, mas com conhecimento, com a análise necessária, para que possamos não trazer prejuízo para a população, enquanto comunidade agora ou no futuro, como também ao meio ambiente, às riquezas naturais e ao futuro da humanidade, de toda população da nossa região e de toda Santa Catarina.

Muito obrigado pelo trabalho e parabéns a vocês. Estaremos juntos nesse debate e estamos à disposição para essa luta de vocês.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, do PSDB.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, queria comentar neste espaço da liderança a questão da BR-101, a duplicação da BR-101, o segmento norte, que vem do Paraná até Florianópolis, o qual foi construído durante três ou quatro anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Inclusive, também iniciou na campanha daquele governo a intenção de se duplicar. Elaborou-se o projeto, fez-se a mobilização social e conseguimos executar todo segmento norte durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Era intenção daquele governo, e na seqüência começou o governo Lula, a duplicação da BR-101, segmento sul.

Enquanto se construía os 250 quilômetros do segmento norte, na região norte, imaginava-se que a viabilização da construção da obra na região sul seria possível ainda durante aquele governo, se fosse substituído um pedágio, que garantiria a manutenção do primeiro segmento, o segmento norte, e que ainda serviria de sustentação financeira. Isso serviria como a participação do governo federal na contrapartida com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, de onde vinha o financiamento para duplicar toda a BR-101. Houve naquela época uma grande movimentação contra o pedágio e assim se interrompeu então a continuidade daqueles serviços aqui em Florianópolis.

A promessa do atual governo seria entregar a BR-101 pelo menos nos primeiros quatro anos de governo, mas já se passaram seis anos e só temos 68 quilômetros prontos, deputado Giancarlo Tomelin, quer dizer, transitáveis.

Mas são 250 quilômetros na sua extensão total, ou seja, faltam 180 quilômetros, e ainda esses 68 quilômetros que foram feitos são os mais fáceis. Os mais complicados, como a travessia da laguna, por exemplo, estão previstos para serem construídos em 2010 e concluídos em 2011. Vão acabar sendo concluídos, deputado José Natal, pelo governo do PSDB.

A realização do túnel do Morro do Boi, onde são duas pistas, está prevista para 2010 com conclusão em 2011. Ou seja, vão se passar os oito anos do governo Lula e onde está a BR-101?

Tem um detalhe: não adiante fazer 40, 50 quilômetros e deixar um quilômetro de fora, pois aí já dá um ingurgitamento sem tamanho. Vemos isso quando acontece um acidente na BR-101 norte. Se fica interrompida uma parte da rodovia ou se ficamos com meia pista, vê-se logo um enorme engarrafamento.

Então, não resolvemos o problema se, dos 250 quilômetros que precisam ser realizados, ficar de fora um quilômetro, se ficar de fora o túnel, se ficar de fora a travessia da Laguna, quer dizer, qualquer segmento que estiver faltando vai prejudicar todo o tráfego.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Eu quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e mais uma vez está aí um fato. Contra fatos não há argumentos.

O que v.exa. traz é um fato. Então não há argumento ideológico, político que não o fato que v.exa. traz. Mostra que o nosso governo, o governo do Fernando Henrique Cardoso, fazia e não prometia, realizava e não discursava.

Então, quero parabenizá-lo e dizer que realmente a BR-101, no trecho norte está pronta e será pedagiada no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Inclusive, deputado Giancarlo Tomelin, a BR-101 sul vai ser concluída somente porque será instituído o pedágio no segmento norte, ou seja, quem vai mesmo bancar a BR-101 não é o governo. A própria sociedade, transitando nos diversos pedágios do segmento norte, é quem vai financiar, vai bancar a contrapartida do governo para concluir a BR-101 sul, que todos nós achamos importante.

Mas a nossa observação se dá por causa dos atrasos na obra, porque isso vem prejudicando o desenvolvimento de todo o país e principalmente atrapalhando o desenvolvimento de Santa Catarina, especialmente da região sul.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Eu só espero que o trecho sul que o atual governo está fazendo não tenha os mesmos problemas que o trecho norte teve, talvez pela pressa.

Eu faço esse trajeto todos os dias e peço a Deus que me cubra com a sua poderosa mão para não sofrer uma aquaplanagem, porque eu nunca vi um trecho tão errado como esse trecho norte.

Eu prefiro que demore a conclusão do trecho sul, mas que fique melhor do que o trecho norte. Eu prefiro a demora à rodovia virar uma guilhotina para todos os motoristas que passam por ali.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Inclusive essa será a nossa grande cobrança, a qualidade do trecho. Esperamos que a implantação do pedágio no segmento norte venha resolver a questão das obras da rodovia e naturalmente fazer sua conservação como merecem todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Quero cumprimentar e agradecer a presença nesta Casa do diretor da Saúde da prefeitura de Xavantina e do vereador Colmin. Quero dizer a eles do prazer e da satisfação de tê-los aqui neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra a sra. deputada professora Odete de Jesus por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente Gelson Merísio, demais integrantes da mesa, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, imprensa falada, escrita e televisada e amigos que nos acompanham aqui, participando dos nossos trabalhos.

Sr. presidente, eu estava atentamente ouvindo o pronunciamento do brilhante deputado Antônio Aguiar, que é médico da minha região de Porto União. Ele falava sobre os pacientes e quero deixar registrado que nós temos uma lei, a Cartilha dos Direitos do Paciente, com 33 artigos, que prevê a proteção a todos os pacientes que dão entrada em todas as unidades hospitalares.

Nós temos a Cartilha dos Direitos do Paciente afixada na entrada dos hospitais. Também fazemos um trabalho de divulgação, entregando a cartilha na entrada dos hospitais para os pacientes que vêm do interior, para os pacientes que estão ali aguardando na fila para que fiquem inteirados e conheçam os seus direitos.

Quero parabenizar o deputado Antônio Aguiar pelo brilhante pronunciamento e os demais colegas que me antecederam, que sempre estão aqui muito atuantes falando de assuntos importantes para a população catarinense.

Mas quero ainda lembrar a todos que, quando nós chegamos às farmácias, vemos lá uma plaquinha que diz o seguinte: O medicamento prescrito pelo seu médico só pode ser substituído por medicamento genérico. Na dúvida consulte o seu médico.

É uma lei de autoria desta deputada e está fixada em todas as farmácias do estado de Santa Catarina, por quê? Porque o medicamento similar não foi testado e não é seguro. Ao passo que, para o genérico, foram feitas muitas pesquisas. Ele é igual ao medicamento normal porque foram feitas pesquisas, estudos.

Nós temos a missão aqui na Casa de esclarecer a população, por isso elaboramos o projeto, que v.exas. aprovaram. Hoje temos a Lei n. 13.680, de 10 de janeiro de 2006, determinando que em todas as farmácias deva existir um cartaz alertando a população sobre o uso do medicamento genérico, que é seguro, eficiente e eficaz. Ele é testado e certamente irá trazer benefícios às pessoas, ao passo que o similar não foi comprovado, pode ter (desculpem o termo) farinha de trigo na sua composição, não trazendo benefícios à população, já que não foi testado.

Muitas mulheres engravidaram tomando anticoncepcional falso. Tomaram pensando que estariam seguras porque estavam fazendo o planejamento familiar, engravidaram e o bebê nasceu.

O nosso papel aqui, já salientei, é muito importante para o esclarecimento da população.

Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, muito obrigada pela oportunidade. Um abraço a todos.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão em votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0001/2009, de autoria da Mesa Diretora da Assembléia, que dá nova redação ao art. 123 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a nossa bancada propôs que essa mudança regimental passasse pelo Plenário, fosse discutida claramente e votada pelos srs. deputados.

Liberamos a nossa bancada a fim de que cada deputado faça a sua opção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em turno único, com abstenção do deputado Dirceu Dresch.

Gostaria de comunicar aos srs. deputados que por entendimento ainda vamos fazer a votação da redação final desta matéria que acabamos de deliberar. Portanto, gostaria que todos permanecessem no plenário.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s 0010/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0011 e 0012/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de vereadores de Taió, Itapiranga, Ituporanga e São Miguel d'Oeste, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do sr. deputado Herneus de Nadal a ser enviada ao presidente da República, ao ministro da Agricultura e à Coordenadoria do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando a adoção de medidas para retomada das exportações de carne suína.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Jailson Lima a ser enviada a senadora Ideli Salvatti, cumprimentando-a pelo empenho no sucesso das ações que contribuíram no socorro das vítimas das enchentes no mês de novembro de 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Décio Góes, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre os motivos que impediram o início das aulas na Escola Estadual Melchíades Espíndola, no município de Içara.

Em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, o início das aulas tem sido adiado em várias escolas do estado. Ontem o deputado Joares Ponticelli também apresentou um requerimento com esse mesmo teor, para uma outra escola, pois, em função das condições físicas da escola, não tem condições de iniciar os trabalhos!

Essa escola em Içara é simplesmente uma vergonha! Eu como deputado tenho vergonha das crianças que estudam naquela escola. É uma escola que recebeu mais de R\$ 1 milhão, há menos de três anos, para uma reforma total, mas está com o telhado caindo, está toda desestruturada e não tem as mínimas condições de começar as aulas. Eles estão alugando o salão da igreja e outros espaços comunitários para poderem iniciar as aulas na segunda-feira que vem.

Então, eu queria saber os motivos do estado, se ele tem idéia do que está acontecendo, porque isso se repete em vários lugares, em várias cidades do estado de Santa Catarina. No ano passado tive a infeliz oportunidade de poder fazer esse tipo de denúncia e mostrei aqui várias fotos de escolas nessas mesmas condições no estado. É impossível que a secretária de Educação não saiba disso. Ontem vi aqui deputados elogiando a ação do secretário da Educação no estado, mas o secretário não sabe dos problemas que estão acontecendo. E isso vale para outras questões: salário dos professores, licenças, as condições de trabalhos, enfim são muitas as questões envolvidas na educação de Santa Catarina.

Eu penso que o governo do estado e a secretaria de Educação, com a estrutura das Regionais que tem o estado, deveria ter uma equipe para a manutenção das escolas públicas. Não é possível continuar do jeito que está. Até as cantinas, deputado Joares Ponticelli, que eram entregues às APPs, que as tocavam e investiam o dinheiro na manutenção das escolas, agora foram tiradas. Estão terceirizando as cantinas das escolas também.

Então, as APPs ficaram sem a mínima condição de fazer a manutenção das escolas. Então temos que saber quem é o responsável por isso, porque as crianças precisam estudar num ambiente que lhes dê orgulho, satisfação e acolha-as com carinho, dando condições para poderem aprender e nós podermos ter a tão valorizada educação, priorizando-a, como foi falado em todas as campanhas eleitorais. Eu não vi uma campanha eleitoral em a que educação não seja prioridade. Eu quero agora a prioridade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, com relação a esse pedido de informação, naturalmente que o aprovo. E o PSDB seguramente também aprova esse pedido de informação.

Mas há que se destacar que a participação da comunidade é muito importante para se buscar a qualidade das obras. Quando o governador contrata uma obra ele quer qualidade e seguramente o segundo a querer mais qualidade é exatamente o secretário da Educação.

Cito como exemplo, deputado Décio Góes, em Botuverá, minha cidade natal, a empreiteira não tinha terminado a obra, alagou completamente a parte que estava sendo construída e ainda o cimento colocado no chão, estava se evaporando, desgrudando, quando alguém andava em cima. Naturalmente que tendo sido identificado a tempo, foram obrigados a corrigir.

Muitas obras do estado são mal fiscalizadas pelos secretários Regionais do estado. Há que se ter sim uma participação maior dos vereadores, dos prefeitos, dos líderes comunitários para que a obra seja de fato feita como está no contrato. O governador, o secretário e nós, os deputados, queremos que as obras sejam bem feitas e que durem muito mais do que três ou quatro anos como essa que o deputado Décio Góes citou.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário de Desenvolvimento Regional de Laguna, solicitando cópia do contrato CT-102/2008, visando realização de obras na Escola Álvaro Catão.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, gostaria de aproveitar para fazer referência também ao pedido de informação que será apreciado em seguida.

Sei que a esta altura o secretário Mauro Candemil, de Laguna, se não estiver nos acompanhando neste momento, deve ter um dos seus mais de 50 secretários de estado, ou um dos 50 adjuntos nos acompanhando pela TVAL. Eu espero que alguém ligue e fale sobre o assunto com o secretário Mauro Candemil, da regional, daquela penca de regionais que existem lá na minha região, de 17 municípios, com uma em Tubarão, uma em Laguna e outra em Braço do Norte, deputado Moacir Sopelsa, quer dizer, são três secretários batendo cabeça na região e os problemas se avolumando a cada dia. Mas essa do Mauro Candemil, acho que nós vamos ter que chamá-lo aqui na comissão de Educação, assim que for escolhida a nova comissão.

Srs. deputados, trata-se de um contrato emergencial para a reconstrução de cobertura, de forrações, de instalações elétricas e a recuperação da torre da caixa d'água, numa área de 2.200m², mas não é para substituição, é recuperação de parte disso. É um contrato emergencial, R\$ 1.724.567,13. Duas construtoras com as quais conversei ontem, nos garantiram que para ganhar, para ter uma boa margem de lucro, dá para fazer este serviço por algo em torno de R\$ 300 até R\$ 400 mil. O pior é que durante o certame, foi mandado o recado para algumas empreiteiras: "retirem-se porque o secretário tem compromissos que precisam ser resolvidos e a empresa vencedora tem que ser esta". São R\$ 1.724.567 para recuperação de parte da cobertura e da caixa d'água! Esse deve ser um caso de ter pegado fogo na caixa d'água. Isto deve ser editado, deputado Reno Caramori: "pegou fogo na caixa d'água da Escola de Educação Básica Álvaro Catão, no município de Imbituba".

E na Escola de Educação Básica Lagunense, também precisa ser feita, segundo eles, a reforma emergencial, deputado Jorginho Mello, do telhado e da caixa d'água. Então, deve ter pegado fogo na caixa d'água da escola Álvaro Catão, de Imbituba, e na Escola de Educação Básica Lagunense, de Laguna. Acho que foi o mesmo fogo que pegou numa caixa d'água e passou para outra.

Essa reforminha vai custar a bagatela, deputado Reno Caramori, de R\$ 1,473 milhão. Coincidentemente, com a mesma construtora, e com o mesmo recado: "deixa o secretário contratar essa empresa, porque ele tem compromisso a saldar". E todo mundo aqui sabe de quem o secretário Mauro Candemil, é afilhado. E é aí que eu fico mais assustado, pois todo mundo sabe quem é o padrinho dele. Quem não sabe, nós conversamos depois.

O Sr. Deputado José Natal (Intervindo) - Eu nem sei, deputado. Gostaria de saber quem é.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eduardo Pinho Moreira.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Todo mundo sabe que essa gente trabalha muito e, por isso, essas contratações emergenciais. Então, um serviço que custaria R\$ 400 mil, por R\$ 1,473 milhão! Isso tem que ser esclarecido. Está na hora de colocarmos o pé no pescoço dessas negociatas. Isso aqui cheira a negociata graúda. Graúda! Está na hora de economizar e de parar de colocar dinheiro público no ralo, porque reformar um telhadinho e consertar caixa d'água, que não deve ter pegado fogo, por R\$ 1,700 milhão, pelo amor de Deus! Salta aos olhos que há maracutaia nesse negócio!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) -

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, os problemas levantados aqui pelo deputado Joares Ponticelli são extremamente graves. Eu concordo com ele. Se for nessa linha que está colocada, tem o meu aval.

E já gostaria de pedir de imediato uma convocação do secretário da Educação, para resolver isso de imediato e dar uma resposta à sociedade de Santa Catarina, porque as acusações feitas por v.exa., com certeza, comprometem o governador e seu vice que, tenho certeza, não tem nada a ver com isso.

Então, vamos ver quem é o responsável e punir já. O assunto é grave e tem o meu aval.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, a cada dia torna-se mais necessário aquele convite que foi feito ao secretário de Educação do estado. A convocação deveria ser cumprida e ainda não foi. A cada dia se vê a necessidade de responder questões importantes aos deputados.

Também já aproveitando a denúncia do deputado Joares Ponticelli...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Décio Góes, gostaria que me permitisse concluir a votação.

O que v.exa. quer abordar agora é outro assunto?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Não. Está no mesmo contexto.

É que com esse dinheiro que ele diz que sobra aqui, poderia recolher aquelas quatro máquinas na SC-437, que o mesmo secretário Regional, Mauro Candemil está deixando apodrecer. São quatro máquinas paradas no trecho...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito bem.

Está encerrada a discussão.

Em votação o pedido de informação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário de Desenvolvimento Regional de Laguna, solicitando cópia do Contrato CT-101/2008, visando realização de obras na Escola Álvaro Catão.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.
Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, às 16h14.
Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h14, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Aborda a questão dos abrigos em Blumenau.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (aparte) - Fala do trabalho dos prefeitos para ajudar os desabrigados do vale do Itajaí.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece considerações sobre a situação do sistema prisional; agradece a permissão para instalar a vigília dos praças no interior da Casa; discorre sobre a luta pela mudança nos regulamentos militares; refere-se à isonomia salarial entre policiais civis e militares.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Agradece pela sua escolha para ocupar um cargo na Mesa; aborda a produção de uva em regiões do estado; discorre sobre audiência pública em Chapecó que tratou da crise da suinocultura.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Homenageia o presidente do Tribunal de Justiça, Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Refere-se ao PL n. 0347/2008, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Aborda o PL n. 0347/2008, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro; comenta a fuga de presos ocorrida no último domingo.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Convida os deputados para a posse do deputado Rogério Mendonça na Presidência do Fórum Italo-Brasileiro.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se à denúncia do jornal *Folha de S. Paulo* acerca de licitação para compra de merenda escolar; aborda a convocação do secretário Paulo Bauer para prestar esclarecimentos aos deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0001/2009, que dá nova redação ao art. 123 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada, com a abstenção do deputado Dirceu Dresch.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Havendo acordo de lideranças, esta Presidência suspende a presente sessão para, por até dez minutos, ouvir a manifestação da sra. Cristiane Correa, vice-presidente da Associação da Comunidade da Guarda do Embaú e da Central da Baixada do Maciambu.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Com a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. parlamentares, trago um assunto que vem gerando polêmica no vale do Itajaí e em Santa Catarina, deputada Professora Odete de Jesus, que é a questão dos abrigos de Blumenau, onde estão as famílias que perderam tudo e que estão esperando a sua nova casa para voltarem a ter um lugar digno para morar e poder levar toda a sua família.

Mas, antes de eu dar o meu depoimento, peço à assessoria que coloque uma reportagem que saiu nesta segunda-feira no *Jornal Nacional*. Ai depois quero relatar algumas coisas para cada um dos srs. deputados e das sras. parlamentares.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Eu fiz questão de trazer esse assunto à tribuna justamente pela polêmica que se criou com relação aos abrigos que estão sendo feitos para atender a mais de 500 famílias que hoje estão em escolas, em locais provisórios, até terem, deputada Professora Odete de Jesus, a sua residência definitiva.

Mas eu queria tocar nesse assunto justamente para falar sobre a qualidade dos abrigos que estão sendo construídos no município de Blumenau. Muita gente vem questionando e achando que não há qualidade. E aí eu não tenho, como deputado estadual, parlamentar, autoridade para vir aqui dizer se um abrigo tem a devida qualidade ou não, porque sou sincero em dizer que não entendo do assunto tanto quanto um cidadão da Cruz Vermelha, que foi visitar o município de Blumenau e conhecer a realidade. Ele, sim, deu o seu parecer, que está relatado no *Jornal de Santa Catarina*, que vou fazer a leitura para cada um dos senhores e das senhoras.

(Passa a ler.)

"Galpão segue normas mundiais Imóvel que servirá de casa aos desabrigados foi vistoriado por delegado da Cruz Vermelha". Não por um político ou alguém da região, mas, sim, por alguém da Cruz Vermelha.

(Continua lendo.)

"As instalações do primeiro galpão a receber famílias abrigadas em escolas superam normas estabelecidas pela Carta Humanitária, segundo o delegado da Cruz Vermelha da Alemanha, Armando Paniagua. O documento é formulado por organizações voluntárias para garantir dignidade às vítimas de desastres.

Paniagua visitou o imóvel do bairro Itoupava Seca ontem pela manhã e fez comparativos com abrigos de outros países". Ele comparou, srs. parlamentares, com abrigos de outros países.

(Continua lendo.)

"Ele atuou em projetos de ajuda humanitária na América Latina e acompanhou as instalações de moradias provisórias no México, Honduras, Peru e Bolívia.

- As moradias provisórias costumam ser em barracas, em áreas abertas. As melhores que já visitei, eram salas com divisões de lençóis. É raro quando encontramos água quente para ducha -descreve o membro da Cruz Vermelha." [sic]

Então, srs. parlamentares, não serei eu, como deputado, que virei aqui dizer se há qualidade ou não nesses galpões. Mas quem diz isso com autoridade, deputado Sargento Amauri Soares, é quem já fez isso no Peru, na Bolívia e em outros países. Isso prova que o padrão adotado em Blumenau é superior ao adotado em outros países.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não, deputado Giancarlo Tomelin.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Sr. deputado Jean Kuhlmann, até para agregar ao seu pronunciamento, eu quero dizer que, em nenhum momento, nenhum dos envolvidos que estão em busca de uma solução disseram que isso era o ideal. Claro que não! O ideal é que todos pudessem voltar ao aconchego das suas casas. Mas entre o ideal e o real, existe o possível. E certamente os prefeitos da região e o prefeito João Paulo Kleinübing estão fazendo o possível para colocar a nossa gente num ritmo de vida com qualidade no vale do Itajaí.

Parabenizo v.exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero agradecer, deputado Giancarlo Tomelin, e dizer que há pessoas que querem o ideal, mas não fazem nem o possível para ajudar, e há pessoas que querem o ideal, esforçam-se e fazem pelo menos o possível para dar dignidade e atenção àquelas famílias.

Por isso eu quero utilizar a tribuna, hoje, para parabenizar o secretário Mário Hildebrandt e o prefeito João Paulo Kleinübing, que aqui declarou que vai recuperar as mais de cinco mil casas, srs. deputados, que têm de ser reconstruídas em Blumenau. São mais de sete mil no vale do Itajaí.

Somente em Blumenau, seriam necessários mais de R\$ 200 milhões e a prefeitura não tem condições de abarcar sozinha esse recurso. O único recurso que chegou até agora para a questão da habitação foi o recurso doado pelo povo brasileiro, dos quais o governador determinou que R\$ 15 milhões fossem utilizados na compra de terrenos. E algumas doações foram feitas por entidades privadas, entidades essas sem fins lucrativos, que vêm doando residências, terrenos, em busca de uma solução.

Por isso que eu faço questão de assomar a esta tribuna para parabenizar o prefeito João Paulo Kleinübing, o secretário Mário Hildebrandt e cada cidadão e cidadã que, ao invés de apenas criticarem o próximo, estão utilizando o seu tempo para construir, para buscar uma solução, deputado Giancarlo Tomelin.

É assim que vamos construir uma cidade, uma região e um estado melhor, mais digno e mais decente, porque aquelas pessoas que perderam tudo, perderam as suas casas, não querem saber de parlamentares ou pessoas apenas fazendo críticas. A crítica é importante, sim, mas não por si só. É importante a crítica construtiva, em que cada um de nós faz a sua parte em prol do próximo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, demais pessoas que nos assistem pela TVAL, acompanhamos também a coluna do jornalista Moacir Pereira e ficamos espantados com as declarações, embora já de análise ou de conhecimento de tantos policiais militares, civis, agentes prisionais, sobre a situação do sistema prisional.

Já realizamos várias audiências públicas na Assembléia e fora dela, através da nossa comissão de Segurança, para debater esse assunto. A situação do cadeia do Estreito também já foi muito debatida e é muito contestada pela população local, mas com certeza os presos não estão fugindo por displicência de policiais militares, porque não é responsabilidade legal da Polícia Militar a guarda interna do estabelecimento penal e muito menos a segurança de cadeiões ou de celas de delegacias superlotadas de presos, em hipótese alguma, e também isso não foi afirmado na coluna.

Enquanto o preso estiver na delegacia, será de responsabilidade do delegado, sim, da Polícia Civil. Quando ele for para o presídio, será de responsabilidade da Deap, mas também lá a guarda externa é feita por agentes prisionais, não por policiais civis, e, muito menos, por policiais militares.

Nós queremos também agradecer ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Jorginho Mello, e a todos os demais colegas membros da Mesa Diretora pela autorização que foi dada ao Movimento das Esposas e Familiares de Praças, e à Associação de Praças do Estado de Santa Catarina, a Aprasc, para que instalemos a nossa vigília, nos próximos 15 dias, no interior da Assembléia Legislativa, porque, a pedido do secretário municipal de Turismo da capital, em virtude do Carnaval, a Praça Tancredo Neves, aqui em frente, será usada para eventos oficiais do Carnaval, de forma que compreendemos a necessidade, a importância do Carnaval como evento cultural, artístico e, por que não dizer, também social da nossa cidade, da nossa população.

Então, quero agradecer à Mesa Diretora por ter-nos concedido esse direito.

Assim sendo, as nossas vigílias continuam por enquanto aqui na capital e nos próximos 15 dias na Assembléia Legislativa, e quem quiser nos visitar fique completamente à vontade, e também nas cidades de São Miguel d'Oeste, Lages, Chapecó, Blumenau, desde o último sábado, e em breve no sul do estado.

A nossa luta, a luta dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros é por justiça salarial, pois estamos há mais de três anos com os salários congelados. A nossa luta pela realização dos cursos do plano de carreira, a nossa luta pelo fortalecimento, sim, da Segurança Pública que está, ano a ano, década a década, perdendo força, perdendo condições de dar resposta ao aumento da criminalidade, dar resposta à desagregação social, e é claro que a desagregação social não é responsabilidade da Segurança Pública, senão do sistema socioeconômico vigente no país. Mas a Segurança Pública precisa ser fortalecida e nós, policiais e bombeiros, nós, praças, e o nosso movimento no estado inteiro sempre estivemos nessa direção e nesse objetivo.

Nesse sentido, também lutamos pela mudança nos regulamentos militares que engessam as instituições militares, que criam mordada, que amordaçam policiais e bombeiros honestos que querem ajudar a discutir a melhoria da Segurança Pública, que querem ajudar a debater o fortalecimento da Segurança Pública.

Mas a população inteira precisa saber, e já sabe, que dentro dos quartéis quem dá uma sugestão, quem faz uma avaliação crítica de alguma situação, ao invés de ser ouvido, via de regra, é punido, é perseguido, é coagido. Policiais e bombeiros honestos que reivindicam salário, que reivindicam melhoria das condições materiais e institucionais para a boa realização do serviço são punidos de forma severa.

E a população precisa saber que o regulamento disciplinar e o Código Penal Militar não ajudam em nada ela porque prejudicam a Segurança Pública quando impedem que mais de 90% dos policiais e bombeiros de Santa Catarina, e assim é em vários outros estados da federação, debatam com a comunidade a melhoria da estrutura para que ela possa funcionar melhor e atender aos interesses da população.

Falamos na Lei n. 254, ao longo dos últimos cinco anos ou mais, e na semana passada, por decisão do Supremo Tribunal Federal, artigos importantes dessa lei foram considerados inconstitucionais.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Adin, foi impetrada pela Associação dos Delegados do Brasil em fevereiro do ano passado, questionando a isonomia salarial entre policiais civis e policiais militares ou, mais precisamente, entre os delegados da Polícia Civil e os oficiais da Polícia Militar de Santa Catarina e do Corpo de Bombeiros. E essa briga entre oficiais e delegados, que já tem algumas décadas, para ver quem é mais bonito, para ver quem tem o melhor salário, para ver quem manda mais, terminou por prejudicar todos os policiais e bombeiros militares de Santa Catarina e também toda a base da Polícia Civil e todo o sistema prisional.

Então, é preciso dizer que há uma briga, uma rixa histórica entre oficiais e delegados para ver quem tem o salário mais alto, o que está prejudicando mais de 95% dos servidores da Segurança Pública. E eu estou falando isso porque vivem dizendo nos quartéis, alguns oficiais e até praças de boca alugada, que a Aprasc, o Soares e o nosso movimento prejudicam as instituições e os policiais.

Na verdade, o que está prejudicando agora, de forma forte, é a briguinta histórica entre oficiais e delegados. Assim, de cara, numa vez só, os praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e todos os policiais civis da base e agentes prisionais terão uma perda de 20% em seu salário, e os oficiais da polícia e dos bombeiros terão uma perda de cerca de 67%.

É evidente que é uma notícia ruim porque todos os setores da Segurança Pública, desde 2003, coordenados pelo então secretário da Segurança João Henrique Blasi, estão discutindo esse anteprojeto encaminhado ao governador, que o assinou, mandou-o para a Assembléia Legislativa, os 40 deputados votaram a favor, o governador sancionou e agora o Supremo diz que parte daquilo é inconstitucional.

É uma notícia ruim, sim, mas ela tem o seu lado positivo, porque agora estamos de novo, quase todos os policiais, bombeiros e agentes prisionais de Santa Catarina, no mesmo barco; estamos todos na vala comum de ter que sentar à mesa e discutir com dignidade e com respeito a todos uma nova legislação salarial para a Segurança Pública de Santa Catarina.

E nós não aceitamos nenhuma perda, nós não aceitamos nenhum recuo e, principalmente, nenhuma discriminação salarial. Terá que ser proporcionalmente igual para todos ao mesmo tempo. Essa é a nossa luta e estamos à disposição desse debate.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Gelson Merísio, presidente desta sessão.

Sras. deputadas e srs. deputados, esta é a primeira oportunidade, deputado Pedro Uczai, que tenho de usar a tribuna depois do recesso e também depois da eleição da nova Mesa Diretora.

Gostaria de registrar, em primeiro lugar, os cumprimentos ao nosso presidente, ao nosso vice-presidente, a todos os membros da Mesa e desejar que possamos ter sucesso e desenvolver um bom trabalho para a nossa Casa Legislativa.

Também gostaria de deixar registrado e agradecer ao meu partido, o PMDB, que me deu a oportunidade de assumir esse cargo importantíssimo na Mesa da Assembléia Legislativa. Agradeço ainda a todos os deputados, que foram unânimes na eleição da Mesa Diretora, pela confiança que me foi depositada e, mais uma vez, gostaria de reafirmar o meu compromisso de trabalhar com toda transparência para que o Poder Legislativo, para que a Casa de Leis, a Casa do Povo, possa estar cada vez mais presente e aberta para todos os cidadãos.

Quero registrar ainda que ouvi, há pouco, o deputado Pedro Baldissera comentando sobre uma das atividades da agricultura de Santa Catarina, a produção de uva em regiões como Tangará e Pinheiro Preto, entre outras. Hoje, nós temos pequenos municípios como Piratuba, no meio-oeste de Santa Catarina, temos também regiões no sul do estado, temos regiões no planalto serrano, como São Joaquim, onde há produção de uva que está tendo destaque na economia de Santa Catarina.

Deputado Reno Caramori, também a região de Videira está produzindo vinhos, assim como todo o vale do rio do Peixe, onde, em função da pesquisa e da tecnologia, excelentes vinhos já são produzidos.

Mas o que me traz à tribuna desta Casa é o fato de que, na quinta-feira passada, tivemos, em Chapecó, a realização de uma audiência pública proposta pela da Federação da Agricultura, pela Associação Catarinense de Criadores de Suínos, através do seu presidente, Valmir de Souza, pela Associação de Criadores de Bovinos de Leite, através do novo presidente, que toma posse no dia de amanhã.

Quero, pois, deixar registrado nos anais desta Casa que o dr. Celso Monaretto, apesar de ser médico, é um produtor que tem um carinho muito grande pela sua atividade, a produção de leite, uma atividade que, se formos observar, não tem sábado, não tem domingo e não tem feriado. Amanhã, então, o dr. Celso Monaretto tomará posse como presidente da Associação dos Criadores de Bovinos de Leite em Santa Catarina.

Mas a audiência pública a que me refiro tratou exatamente, deputado Reno Caramori - e v.ex.a. vem de uma região como Videira, onde temos grandes indústrias que são um orgulho para nós: a Perdigão, a Sadia, a Cargill, a Aurora -, da crise da suinocultura. O nosso produtor, mais uma vez, não consegue cobrir o custo de produção, uma vez que esse ultrapassa a R\$ 2,00 por quilo e o preço do suíno está a R\$ 1,60 o quilo.

Santa Catarina fez um investimento forte, um investimento alto, através dos seus governos, através dos produtores, através da agroindústria, e é um estado diferenciado dentro do país e da América do Sul. Santa Catarina é o único estado que tem o *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação.

Agora, sr. presidente, eu lamento muito a decisão - é não é uma crítica, mas uma chamada à responsabilidade de um homem público que exerce uma alta função pública e que toma algumas decisões sem pensar nas conseqüências -, na semana passada - inclusive muitos jornais noticiaram -, do ministro Tarso Genro em relação à concessão da condição de refugiado político ao italiano Cesare Battisti, condenado na Itália, fato que acabou causando a retaliação dos italianos, mais uma vez, com o estado de Santa Catarina.

Nós já perdemos negócios, deputado Gelson Merísio, quando denunciavam na Rússia que não se tinha lealdade nos negócios. Isso nos prejudicou, acabou pesando e o nosso produtor foi penalizado.

Agora, no domingo que passou, estava prevista uma missão da Rússia a Santa Catarina para tratar dos primeiros negócios para exportar carne suína, para exportar bovinos vivos. Contudo, a decisão do ministro da Justiça - acho até que não foi só esse o motivo, mas ele foi a gota d'água - fez com que a Itália, deputado Pedro Baldissera, mais uma vez retaliasse o nosso estado. E quem paga uma vez mais a conta é o nosso produtor. A audiência foi suspensa e nós não sabemos quando vamos poder voltar a tratar desses negócios.

Então, eu acho que é preciso valorizar o ministério da Agricultura, o ministro da Agricultura, que é do meu partido, o PMDB, mas a verdade é que ainda não se está dando a devida importância para o estado de Santa Catarina com relação ao *status* que temos, com relação aos mercados que podemos abrir. Enquanto não tivermos o envolvimento efetivo do ministério da Agricultura, reconhecendo que nós fizemos o nosso dever de casa, as coisas não fluirão. Não temos culpa se o Paraná, se o Rio Grande do Sul, se Minas Gerais e se outros estados não fizeram o trabalho que Santa Catarina fez, até porque a suinocultura e a avicultura do nosso estado são atividades importantíssimas no contexto da economia catarinense, da economia dos nossos municípios.

Nós vemos aqui o vereador que é diretor de Saúde do município de Xavantina, onde há uma grande concentração de suínos, onde o prefeito me dizia, há poucos dias, que a economia do município está calcada na suinocultura e que ela está perdendo receita, está perdendo competitividade porque está tendo problemas.

Srs. deputados, eu me refiro à suinocultura, mas isso vale para as outras atividades. Deputado Pedro Baldissera, eu não quero que seja entendido como uma crítica, mas tomara que nós possamos crescer, que nós possamos caminhar juntos e criar, quem sabe o governo do estado e o governo federal, uma política agrícola mais segura.

Eu acredito que o nosso país tenha condições de sair primeiro dessa crise que o mundo enfrenta, até porque nós somos grandes produtores de alimentos. Mas é preciso rever a nossa política de produção e, quem sabe, criar zonas para produção de cereais, zonas para produção de suínos, para produção de aves; quem sabe possamos estabelecer critérios para que não tenhamos uma oferta maior do que a procura. Além disso, essa política precisa ser implantada no país, independentemente do governo que esteja administrando Santa Catarina, do governo que esteja administrando o nosso país.

Deputado Rogério Mendonça, v.ex.a., que é agrônomo, que foi extensionista da Acaresc e da Epagri, sabe os investimentos que este estado fez para ter a produtividade que tem em todos os setores: na produção de alho, de cebola, de maçã, de suínos, de aves, de leite. São atividades de pequenas propriedades com grande produtividade e que colocam este estado como sexto produtor de alimentos do país.

Nós temos resgatar essa imagem que se criou do governo brasileiro no governo italiano, a fim de poder trazer de uma vez por toda essa missão da Itália, para começarmos a abrir o mercado europeu que, tenho certeza, será um mercado que irá ajudar-nos a entrar no mundo todo.

Contudo, se não tivermos essa consciência, se nós não tivermos esse cuidado, não terá adiantado nada o investimento que o nosso produtor fez, o investimento que a nossa indústria fez, o investimento que os nossos governos fizeram, independentemente do partido político. Precisamos achar uma...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria, neste momento, de homenagear o presidente do Tribunal de Justiça, dr. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, que, sem dúvida nenhuma, foi um presidente que mostrou para Santa Catarina como é que se faz justiça em Santa Catarina.

As suas ações em todo o estado, especialmente no município de Canoinhas, foram especiais. Ontem lhe entregamos os documentos que faltavam para a construção do fórum do município de Canoinhas. Com a construção do fórum, que se iniciará ainda este ano, nós teremos segurança pública em todos os níveis em nossa cidade, pois temos em andamento a construção da unidade prisional, a inauguração de várias outras unidades e também a inauguração da 3ª Vara Criminal.

Queremos agradecer ao Poder Judiciário pela sua atuação, fazendo com que o planalto norte seja muito bem atendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, estava nesta Casa uma comissão de acompanhamento da questão da serra do Tabuleiro, mas quero deixar registrado nos anais que este deputado, quando da votação da alteração da lei acerca das PCHs, em dezembro, fez um pronunciamento de contrariedade e dizendo que iria dar uma analisada na questão.

O Projeto da Lei n. 0347/2008 encontra-se com o deputado Décio Góes desde o dia 19/12/2008, que poderia, desta tribuna, dar diversas informações para a sociedade que estava aqui. No entanto, o fez numa reunião aqui no corredor; logo após o uso da palavra pela representante da entidade, o deputado poderia ter vindo aqui falar do projeto.

Concordo com ele e com todos os membros que aqui estiveram que o projeto é extremamente complexo. São 99 páginas a serem analisadas e com certeza absoluta uma grande parcela da sociedade da região da Grande Florianópolis espera uma solução para a questão da serra do Tabuleiro, pois há grande angústia por parte de muitas famílias, angústia que já vem de muitos e muitos anos.

Com certeza absoluta, eu não consegui ainda chegar a uma conclusão sobre o projeto em tela, porque tive acesso a esse projeto agora. Em janeiro, quando a Casa estava em recesso, este deputado começou a dar expediente no seu gabinete no período da tarde, a partir do dia 16 de janeiro, e pediu à equipe do ex-presidente Julio Garcia uma cópia do projeto.

Estou analisando atentamente, não sou conhecedor da área, sou membro, como o deputado Décio Góes era, da comissão de Meio Ambiente, mas nós temos que falar a verdade e dizer que s.ex.a. é o maior conhecedor do assunto, como relator que é e que pegou a matéria assim que ela entrou. Assim, poderia ter dado grandes explicações.

Mas eu quero deixar aqui o meu recado: se continuar sendo membro da comissão de Meio Ambiente desta Casa, onde foi feito um trabalho, justiça seja feita, muito competente pelos deputados Décio Góes, Renato Hinnig, por este deputado, pelo hoje prefeito de Balneário Camboriú, Edson Dias (Piriquito), quero dar continuidade ao trabalho.

Agora, essa comunidade apareceu aqui, na tarde de hoje, e eu não sabia de nada. Recebi hoje uma solicitação de audiência. A minha assessoria me comunicou que hoje um representante solicitou uma audiência com este deputado, para ter conhecimento do Projeto de Lei n. 0347/2008. Mas com certeza absoluta o governo de Santa Catarina, através de Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, haverá de dar uma solução não só à questão das terras da serra do Tabuleiro, do uso das áreas para aqueles que lá permanecerem, como também para o mais importante, ou seja, recursos no Orçamento para a desapropriação legal, imediata e urgente daqueles que lá não poderão permanecer.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Ex.a. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Nobre deputado, agradeço o aparte e quero cumprimentá-lo por entrar nesse assunto que é extremamente importante para a região da Grande Florianópolis, para o estado de Santa Catarina como um todo, para o Brasil e, inclusive, para o mundo. O Banco Mundial apontou, no último relatório, sua preocupação com a questão da serra do Tabuleiro, como sendo um dos problemas preocupantes do meio ambiente no Brasil.

Realmente, recebi esse projeto durante o recesso, ele está na comissão de Meio Ambiente para ser devidamente discutido, antes de vir a plenário.

No horário do PT, e v.ex.a. não estava presente, tivemos a oportunidade de fazer um comentário sobre o projeto, ocasião em que alertamos acerca de vários problemas com relação a procedimentos, a rituais de constituição de um mosaico, problemas em vários artigos, os quais não gostaríamos de ver aprovados, frustrando a expectativa da população, uma vez que não atendem os objetivos e que certamente vão parar no Judiciário.

Fazemos um apelo ao governador Luiz Henrique da Silveira para manter um grupo de negociação para aperfeiçoarmos essa matéria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Minhas desculpas a v.ex.a., pois realmente eu não estava no plenário.

Quero dizer a v.ex.a. e a todos os catarinenses que a questão do Parque da Serra do Tabuleiro, instituindo um mosaico de unidades de conservação, engloba 98,4 mil hectares de terra. É terra que não acaba mais, como se diz na linguagem popular.

Existe uma angústia por toda a comunidade que nasceu e vive naqueles municípios atingidos por essa situação.

Quero novamente externar a minha disposição de continuar acompanhando e nós, deputado Décio Góes, com a compreensão de Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan, haveremos de dar uma solução definitiva para essa questão, para não haver discurso na próxima legislatura, no próximo governo, de que mais um governo passou e não resolveu o crucial problema da serra do Tabuleiro.

Com a minha contribuição e com a dos demais deputados haveremos de, realmente, sanar definitivamente essa questão.

Mas quero aqui reportar-me à questão da segurança pública, que norteia nossas vidas e continua sendo um problema para o governo em todos os níveis.

Quanto ao secretário da Segurança, deputado Ronaldo Benedet, quero dizer que não conseguimos falar a mesma língua em diversas oportunidades. Inclusive, estarei com ele hoje, às 19h, no município de Santo Amaro da Imperatriz, para a entrega da ordem de serviço para a ampliação e reforma do quartel da Polícia Militar daquele município. Mas o nosso tico e teco não batem porque ele é autoritário, é centralizador das coisas, sim, e a verdade está só com ele. Além disso, a equipe dele é muito fechada. Essa é a minha observação. Mas depois do que houve ali no Estreito é preciso tirar dali, sim!

Agora, nós não podemos querer crucificar o secretário de Segurança Ronaldo Benedet, o secretário de Justiça e Cidadania Justiniano Pedroso e o próprio Maurício Eskudlark, pois foi comprovado que o problema acontecido naquele domingo foi uma falha humana, uma falha de operação. Mas isso não nos omite de tentarmos uma solução para o caso. E, graças a Deus, Ronério Heiderscheidt, Djalma Berger e o prefeito de Biguaçu têm que cair na real, porque eles são obrigados a ajudar o governo a solucionar esse problema, estabelecendo o que determina a lei, no sentido de que cabe ao município a responsabilidade na questão dos seus presos.

Então, eu quero, neste momento, da tribuna desta Casa - e não falei com ninguém - isentar o secretário pelo episódio que aconteceu no domingo que foi lastimável para Santa Catarina, porque a imprensa gosta de mostrar um erro, e, quando o erro é grave realmente, noticiam como se no nosso estado não houvesse segurança nenhuma.

Então, fica aqui a minha solidariedade aos secretários, que lutam para que isso não aconteça, e aos que fazem parte até da equipe lá dentro, porque realmente uma falha é possível, mas não deve acontecer, pois coloca todo um trabalho por água abaixo.

Eu teria tantas outras coisas para falar, mas eu queria tocar rapidamente em outro assunto, se o sr. presidente me conceder só mais 30 segundos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - V.Ex.a. dispõe de mais 30 segundos para concluir, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu quero aqui - talvez a maioria discorde - lavar o meu protesto contra a iniciativa do presidente Lula de prorrogar a cobrança do INSS dos municípios brasileiros.

Quando os prefeitos executam um serviço, eles vão lá e já deduzem automaticamente 11% do INSS pelo serviço prestado e dos funcionários, porque ainda existe CLT neste país, e não repassam para o INSS, daí quem assume o outro governo...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Nós estamos convidando os deputados para comparecerem rapidamente na sala de imprensa, porque nós vamos passar a Presidência do Fórum Ítalo-Brasileiro para o deputado Rogério Mendonça, que está pleiteando a posição.

Então, nós vamos passar a Presidência e o relatório das atividades que desenvolvemos nesse período como presidente do Fórum. Convido os srs. deputado para, na sala de imprensa, fazermos este ato rapidamente.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito seria v.ex.a., deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, diante deste ato, eu estou abrindo mão do meu espaço, deixando para falar amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é sr. deputado Reno Caramori.

Esta Presidência indaga se v.ex.a. também vai acompanhar a transmissão do cargo, porque, se o fizer, não teremos quórum para dar continuidade à sessão. Poderemos, nesse caso, encerrar a sessão de hoje.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Realmente ocorreu em uma hora talvez até inoportuna. Mas, tendo em vista que é importante a nossa presença nessa transmissão de cargo, em que o deputado Décio Góes passa a função ao deputado Rogério Mendonça, e entendendo perfeitamente a situação de v.ex.a. pela falta de quórum, que é visível, e como estaríamos momentaneamente na sala da imprensa que fica aqui nos fundos, se houver algum deputado inscrito para Explicação Pessoal, ele poderia utilizar a palavra e depois eu ocuparia a tribuna. Essa é a nossa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo inscrito, sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

Vou representar na comissão de Educação a nossa bancada, por isso quero trazer a esta tribuna uma preocupação e ao mesmo tempo uma esperança com relação à educação e à alimentação escolar. E qual é a preocupação?

Há vários anos, nós defendemos uma tese de que a merenda escolar deve ser de qualidade, a alimentação deve estar relacionada à cultura local das crianças e, por isso, a merenda escolar deve ser adquirida dos próprios agricultores, dos próprios produtores da economia local.

A primeira experiência de PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, no Brasil, foi feita na oportunidade em que era prefeito da cidade de Chapecó, em 2003. Com R\$ 640 mil iniciamos a primeira experiência, deputado Moacir Sopelsa, de compra direta dos agricultores para os programas da merenda escolar, para os programas sociais, porque entendíamos que seria mais econômico, o alimento seria mais saudável, haveria uma redução de custos e de transportes e movimentaria a economia local, além de fortalecer a agricultura familiar. Por outro lado seria um alimento relacionado à cultura das crianças, os alimentos estariam sendo produzidos naquele local e naquela região.

Por isso procedemos todo um processo de construção de política pública no sentido de que o governo federal, na medida em que fosse investindo na merenda escolar, iria aumentar o valor aluno/ano - incluindo-se inclusive a educação infantil na merenda escolar - e garantiria que a compra local, a compra regional fosse uma das determinantes na composição da alimentação escolar.

Agora, há poucos dias, o presidente Lula anunciou que 30% da alimentação escolar devem vir da agricultura familiar. Os agricultores familiares deverão sustentar e fomentar a merenda escolar. Isso é importante para a agricultura familiar, é importante para as crianças que se alimentam de forma mais saudável e é importante para a política pública, porque se compra mais barato e com mais rapidez e permite-se o desenvolvimento local, incidindo inclusive sobre o tributo.

Agora, por outro lado, quando a imprensa nacional traz denúncias de que a merenda escolar é foco de conluio entre empresas para conseguir mais recursos, mais dinheiro, com menos qualidade na merenda escolar, é preocupação minha e deve ser de todo o Parlamento catarinense.

Quando a *Folha de S.Paulo* denuncia, entre várias outras empresas, a Nutriplus como uma das empresas participantes de conluio, para definir licitação, preços, beneficiados no fornecimento de merenda escolar na cidade de São Paulo, isso é sério demais, porque se trata de dinheiro público para a educação, de dinheiro público para uma merenda escolar mais saudável as nossas crianças.

É engraçado, deputado Moacir Sopelsa, deputado Sargento Amauri Soares, porque meses atrás nós desconfiávamos dessa empresa. Meses atrás, no ano passado, denunciávamos a privatização, a terceirização da merenda escolar, lá em Chapecó, e por coincidência é a mesma

empresa. Nós travamos essa luta aqui, nesta Casa, e entramos com uma ação judicial através de entidades sindicais, como o Sinte, para impedir a terceirização da merenda escolar aqui no estado, porque, como nós dizíamos naquele momento, quem ganharia com a terceirização da merenda escolar aqui em Santa Catarina seriam as empresas de São Paulo, ou seja, essas empresas que estão sendo denunciadas. Dizíamos que haveria conluio, favorecimento, formas escusas e escamoteadas para se ganhar licitação aqui na rede pública estadual.

Depois a Justiça deu ganho de causa ao governo e está em andamento à licitação aqui em Santa Catarina. Por isso a nossa preocupação. Por que não valorizar a agricultura familiar local? Por que não valorizar a economia local? Por que não valorizar a transparência no processo de licitação? Porque ao comprar de muitos agricultores, não se pode fazer chuchu, não se pode fazer corrupção, não se pode desviar dinheiro público, não dá para fazer conluio.

Queremos acompanhar todas essas investigações do Ministério Público de São Paulo em relação à indicação de mais três municípios com problemas de irregularidades nas licitações.

Queremos acompanhar o processo de licitação da secretaria de Educação aqui do estado de Santa Catarina que foi feita no município de Chapecó, como deputado que tem como uma das prerrogativas constitucionais a fiscalização do dinheiro público do povo catarinense. Quem sabe já seja mais uma pauta do secretário da Educação Paulo Bauer, pois nós, enquanto bancada, estamos encaminhando uma construção jurídica para responsabilizar o governo do estado, porque no dia 23 de outubro foi votado um requerimento aqui no sentido de convidar o secretário para que viesse até esta Casa Legislativa para explicar como iria implantar o piso nacional dos professores e ele não veio!

Em 4 de dezembro foi votado um requerimento convocando o secretário para vir a esta Casa explicar como iria implantar o piso nacional dos professores, mas já venceram os 30 dias, já venceu o prazo legal. A Mesa Diretora tem que se posicionar ou senão rasgase a Constituição de Santa Catarina! Vamos rasgar a Constituição, porque, se nós votamos aqui a convocação do secretário e ele desconsidera este Poder, este Parlamento, a Mesa Diretora precisa pronunciar-se, precisa posicionar-se, pois na democracia e na constitucionalidade convocação é convocação. Depois do convite veio a convocação, e o

secretário ainda não compareceu a esta Casa para explicar como vai implantar o piso nacional dos professores.

Quem sabe agora, vamos ter uma segunda pergunta: Como explicar os processos de licitação da merenda escolar aqui em Santa Catarina; quais são as empresas de São Paulo que participaram e estão participando desse processo todo, e como se vai dar aqui essa relação da terceirização da merenda escolar?

Portanto, este Parlamento espera o sr. secretário, e não é só a nossa bancada, pois o requerimento foi aprovado por unanimidade. Vamos rasgar a Constituição?! Vamos rasgar a Constituição?! Então, não tem necessidade de deliberar aqui absolutamente nada, nem de convocar o secretário, que por convocação deveria vir aqui. Se não for pela perspectiva de negociação ou pela intervenção da Mesa, a bancada vai agir judicialmente. Pela perspectiva judicial, o secretário e o governo do estado cometem crime de responsabilidade, se quando convocados por um Parlamento, por um Poder não comparecem, estando vencido o prazo. Por isso, vamos acompanhar os fatos.

Queremos cada vez mais merenda escolar produzida pelos agricultores familiares, de qualidade, sem corrupção, pois é alimento das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Inclusive, estaríamos construindo uma política de educação mais séria e de qualidade.

Nessa direção, manifestamo-nos aqui. Por um lado é uma alegria enorme termos o presidente Lula, um presidente sensível para com os agricultores familiares, permitindo legalmente que 30% da merenda escolar possam ter origem na agricultura familiar, mas por outro lado é triste vermos a denúncia de conluio, de irregularidades, de corrupção, que o Ministério Público de São Paulo está fazendo com várias empresas de São Paulo, que inclusive estão aqui participando das licitações em Santa Catarina. Esperamos que haja uma explicação urgente e necessária, porque trata-se de dinheiro público.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 135/2009, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 003/2009, referente à contratação de empresa especializada para reambientação do acesso principal e do hall de entrada do

Palácio Barriga-Verde, com o fornecimento de materiais, mão-de-obra qualificada e equipamentos necessários, obteve o seguinte resultado:

Item Único -

Vencedora: GPL - CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 1.446.392,75

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2009.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE

PREGOEIRA

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 008/09

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEF
GABINETE DO SECRETÁRIO
OFÍCIO SEF/GAB Nº 067/2009

Florianópolis, 30 de janeiro de 2009.

Ao Excelentíssimo Senhor

Jorginho Mello

DD. Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Nesta

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Para fins de observância das competências dessa comissão parlamentar, dispostas no art. 122, § 1º, inciso II, da Constituição Estadual, encaminhamos a Vossa Excelência o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre de 2008 do Estado de Santa Catarina.

Aproveitamos o ensejo para nos colocarmos à disposição dessa comissão para apresentar, em audiência pública, a avaliação e análise do cumprimento das metas fiscais, conforme dispõe o art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Respeitosamente,

Antônio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Fazenda

Lido no Expediente

Sessão de 11/02/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 009/09

RELATÓRIO DE ATIVIDADES REFERENTES AO ANO BASE OUTUBRO DE 2006 A 2007.

NÚCLEO RENASCER EM PROL À VIDA INCLUSIVA - RENASCER, fundada em 09 de junho de 2005, relata as seguintes atividades no decorrente ano de 2006.

Foram realizadas reuniões mensais de fevereiro a novembro, com membros do Núcleo e diretoria.

Participação em palestras sobre inclusão, reuniões e outras atividades.

09/11/06 - DOAÇÃO DE CENTO E OITENTA REAIS PARA EXAME MÉDICO DE UM MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO.

11/11/06 - CONFRATERNIZAÇÃO ENTRE OS MEMBROS E COMUNIDADE.

15/02/07 - REUNIÃO NA SECRETARIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE CRICIÚMA COM O SECRETÁRIO SENHOR GENTIL DA LUZ

14/03/07 - DOAÇÃO DE ONZE DICIONÁRIOS DE LIBRAS (LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS) PARA A CLASSE ESPECIAL DE DEFICIENTES AUDITIVOS DA E.E.B. BARÃO DO RIO BRANCO.

30/05/07 - PARTICIPAÇÃO NA PALESTRA "PROCESSO DO AUTOCONHECIMENTO" - COM O PALESTRANTE SIDNEY LORENÇO DE SOUZA.

27/06/07 - PARTICIPAÇÃO NA PALESTRA "INCLUSÃO NO SISTEMA REGULAR E SEUS DESAFIOS DIANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL" - PALESTRANTES EDITE SHNEM E MÁRCIA DE SOUZA LECHMKUHL.

28/06/07 - DOAÇÃO DE UM MICROCOMPUTADOR PARA UM MEMBRO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA.

06/07/07 - REUNIÃO COM A COORDENAÇÃO DO PROJETO DE INCLUSÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE URUSSANGA.

23/08/07 - PARTICIPAÇÃO NA PALESTRA: "AS SÍNDROMES GENÉTICAS: O QUE DEVEMOS SABER SOBRE ELAS" E "A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM RELAÇÃO ÀS SÍNDROMES - COM AS PALESTRANTES DRA. GISELE R. DE LUCA E DRA. INGRID BARBATO.

31/08/07 - PARTICIPAÇÃO NA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

07/09/07 - PARTICIPAÇÃO NA CAMINHADA CÍVICA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA INDEPENDÊNCIA.

27/09/07 - REUNIÃO COM O SECRETÁRIO DA GEREI DE CRICIÚMA - SENHOR ARCÂNGELO NUERNEERG

Marinette Luiza Ribeiro Zanin

Presidente

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 004/09

Declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Ribeirão Itoupava, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Ribeirão Itoupava, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 11/02/09

JUSTIFICATIVA

O Clube de Caça e Tiro Ribeirão Itoupava, tem sua sede no município de Blumenau e é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivos proporcionar e difundir a prática de atividades desportivas amadoras em consonância com a legislação em vigor e promover atividades de caráter esportivo, social, recreativo e cultural, incrementando o intercâmbio com entidades congêneres.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 005/09

Declara de utilidade pública o Conselho Escolar da Escola Básica Municipal Professor Friedrich Karl Kimmelmeier, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho Escolar da Escola Básica Municipal Professor Friedrich Karl Kimmelmeier, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 11/02/09

JUSTIFICATIVA

O Conselho Escolar da E.B.M. Professor Friedrich Karl Kimmelmeier tem sua sede no município de Blumenau e é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar, que tem como finalidade específica promover a articulação dos segmentos da comunidade escolar e das entidades representativas da comunidade local, por meio de um fórum permanente de discussão e de análise, com o objetivo de estabelecer, em parceria, no âmbito a escola, critérios relativos à sua ação, organização e funcionamento.

Além das atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Educação, compete também ao Conselho zelar pela observância da legislação aplicável à educação e ao ensino, propor diretrizes educacionais e deliberar sobre o Projeto Político Pedagógico.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 006/09

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores dos Arredores da Comunidade Kolping, C.C.E.A.Z., e Centenário do Bairro Valpaíso - Makceval, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores dos Arredores da Comunidade Kolping, C.C.E.A.Z e Centenário do Bairro Valparaíso - Makceval, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 11/02/09

JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores dos Arredores da Comunidade Kolping e Centenário do Bairro Valparaíso tem sua sede no município de Blumenau e é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado, com duração indeterminada, de caráter representativo, reivindicatório, educativo e beneficente que tem como finalidade lutar pelo bem-comum em todos os aspectos, com prioridade para assuntos referentes à alimentação, saúde, moradia, regularização fundiária, segurança e transporte.

Para atingir seus objetivos, a Associação realizará estudos e pesquisas sobre a realidade econômico-social da comunidade, difundirá a cultura e encaminhará as reivindicações da comunidade aos órgãos e poderes competentes.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 007/09

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Isolada Municipal Doutor Blumenau, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Isolada Municipal Doutor Blumenau, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 11/02/09

JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais e Professores da Escola Isolada Doutor Blumenau tem sua sede no município de Blumenau e é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade a integração da escola com a comunidade em termos de conjunção de esforços, articulação de objetivos e harmonia de procedimentos.

Para atingir seus objetivos, a Associação de Pais e Professores da Escola Isolada Municipal Doutor Blumenau promoverá a aproximação e cooperação dos membros da comunidade pelas atividades comunitárias, campanhas e atividades sociais, culturais, desportivas, contribuindo para a solução de problemas inerentes à vida escolar, dentro da harmonia que deve orientar a convivência, além de administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da APP, os recursos provenientes de subvenções, doações e arrecadações da entidade.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 008/09

“Denomina Elizeu Francisco da Silva a Ponte localizada na divisa dos municípios de Campos Novos e Zortéa, na SC 458”.

Art. 1º Fica denominada de Elizeu Francisco da Silva a Ponte localizada na divisa dos municípios de Campos Novos e Zortéa, SC 458.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Romildo Titon

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 11/02/09

JUSTIFICAÇÃO

Faz-se necessário, a indicação do nome do Senhor Elizeu Francisco da Silva a ponte que liga o município de Campos Novos a Zortéa, tendo em vista o Senhor Elizeu Francisco da Silva, ser um dos moradores mais antigo da localidade de Paço do Agudo - Tupitinga município de Campos Novos, e ter prestado relevantes serviços a comunidade.

O Senhor Elizeu Francisco da Silva, nascido em doze de novembro de 1869, no município acima citado, teve sua vida dedicada à atividade pecuária, e ao desenvolvimento do município. Lutador em favor do povo de Paço do Agudo - Tupitinga - Campos Novos, atuou como líder político e trabalhador. Vindo a falecer no dia três de novembro de 1945, na cidade de Campos Novos onde batalhou em prol da comunidade.

O Senhor Elizeu, sempre se dedicou a família aos filhos, netos e bisnetos, homem honesto e sincero.

Esta indicação ao nome do Senhor Elizeu, é sem dúvida justa, tendo em vista o povo da região, já conhecer a ponte há muitos anos como ponte do Senhor Elizeu.

Diante do exposto, por ser uma família que sempre auxiliou o município em todas as ações administrativas, políticas, e causas de sua gente, sendo o Senhor Elizeu Francisco da Silva, com seu exemplo de pai de família, líder comunitário é que sugerimos o nome do mesmo para ter lugar junto à ponte localizada na divisa dos municípios de Campos Novos e Zortéa.

Certo de estar atendendo a vontade da população do grandioso município, que sentir-se-á honrada com a homenagem ao nome de Elizeu Francisco da Silva, a ponte que liga os Municípios de Zortéa a Campos Novos, SC - 458, sem dúvida nenhuma ficará beneficiada, por este motivo venho solicitar o apoio dos nobres Deputados neste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 001/09**

Dá nova redação ao *caput* do art. 123 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Art. 1º O *caput* do art. 123 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 123. Cada Comissão Permanente terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus pares, com mandato de um ano. (NR)

.....”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, em

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente

Sessão de 11/02/09

JUSTIFICATIVA

A Mesa da assembleia Legislativa de Santa Catarina submete à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Resolução anexo tendente a dar nova redação ao *caput* do art. 123 do Regimento Interno.

Conforme a atual redação do *caput* art. 123 do Rialese, o Presidente e Vice Presidente de cada Comissão Permanente têm mandato de um ano, admitida a reeleição para mais um período.

Por meio da presente proposição, a Mesa objetiva a não mais restringir o instituto da reeleição para os referidos cargos, para possibilitar aos respectivos Colegiados a decisão sobre a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelos ocupantes desses cargos.

Assim sendo, a Mesa solicita aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Resolução.

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 268, de 11/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MICHELE BRAZ DUARTE**, matrícula nº 5738, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Rogerio Mendonça).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 269, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JACY SIMAO**, matrícula nº 2491, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Valmir Comin).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 270, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JACY SIMAO, matrícula nº 2491 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Rogerio Mendonça).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 271, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ADEMILSON GAMBA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Dagomar Carneiro).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 272, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALCI PERUCHI**, matrícula nº 5350, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 273, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARCIANA PAULINO CASAGRANDE**, matrícula nº 5869, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 274, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LENOIR LAURENCO**, matrícula nº 4793, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 275, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO SERGIO ALVES**, matrícula nº 5305, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 276, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR PAULO SERGIO ALVES, matrícula nº 5305 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 277, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VANI JOSE MIGUEL FERREIRA**, matrícula nº 5763, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 278, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VANI JOSE MIGUEL FERREIRA, matrícula nº 5763 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 279, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **FERNANDO MENEZES DE CARVALHO RODRIGUES**, matrícula nº 5351, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 280, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **FERNANDO MENEZES DE CARVALHO RODRIGUES**, matrícula nº 5351 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 281, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JORGE ACIR CORDEIRO**, matrícula nº 5355, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 282, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **JORGE ACIR CORDEIRO**, matrícula nº 5355 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 283, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MANOEL ANIZIO LESSA**, matrícula nº 5354, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 284, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **MANOEL ANIZIO LESSA**, matrícula nº 5354 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 285, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **HENRIQUE SANTOS DA SILVA**, matrícula nº 5306, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 286, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **HENRIQUE SANTOS DA SILVA**, matrícula nº 5306 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 287, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **MAURICIO ANTONIO ROCHA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 288, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **JOSE CARLOS DA ROSA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 289, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **EDEMIR DO CANTO CAETANO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Manoel Mota).

Paulo Ricardo Gwoszcz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 290, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Carlos Alberto de Lima Souza	2186	3%	30%	08/12/08	2280/08
Lenita Wendhausen Cavallazzi	0606	3%	36%	14/12/08	0062/09
Santina Silvestri	1909	3%	30%	20/12/08	0063/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 291, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VALTER LOSCHNER**, matrícula nº 5841, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 292, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VALTER LOSCHNER, matrícula nº 5841 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 293, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **WALDIR DA SILVA NETO**, matrícula nº 5705, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 294, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR WALDIR DA SILVA NETO, matrícula nº 5705 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 295, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **WELLEN CORREA DUARTE**, matrícula nº 5670, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 296, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR WELLEN CORREA DUARTE, matrícula nº 5670, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 297, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **GERSON LUIZ DONCA**, matrícula nº 5345, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 298, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GERSON LUIZ DONCA, matrícula nº 5345 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 299, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO LUIS CORDEIRO**, matrícula nº 5929, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Liderança do PSDB).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 300, de 11/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR SALETE ELLER, matrícula nº 5443, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Liderança do PSDB).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***